



2015

A large, stylized blue quotation mark icon consisting of two curved shapes facing each other, positioned to the left of the main text.

Planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com um futuro de decisões presentes.

Peter Drucker

A large, stylized blue quotation mark icon consisting of two curved shapes facing each other, positioned to the right of the attribution text.

05

APRESENTAÇÃO

06

MENSAGEM

Diretoria Executiva
Conselho Deliberativo
Conselho Fiscal

12

GESTÃO E GOVERNANÇA

Missão
Valores
Visão
Objetivos Estratégicos

16

PRINCIPAIS EVENTOS

24

RESULTADOS PREVIDENCIÁRIOS

Atuariais
Plano de Benefícios

30

SEGURIDADE

Quantidade de Participantes
Adesões de Novos Participantes
Relacionamento com os Participantes

36

INVESTIMENTOS

Política de Investimentos
Alocação dos Investimentos
Resultados e Indicadores

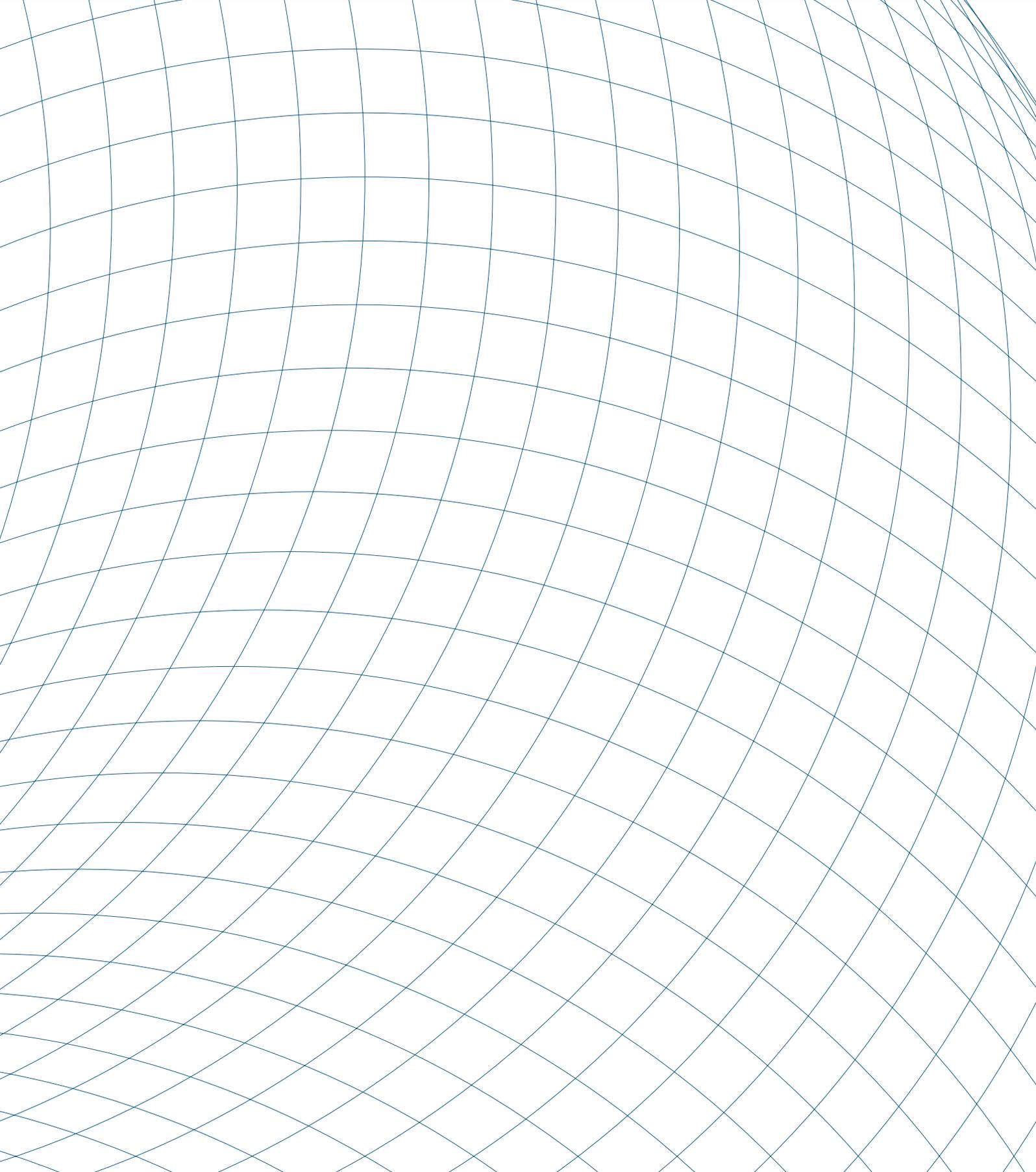
48

RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

52

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (PGA)
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)
Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT)
Parecer do Auditor Independente
Parecer dos Órgãos de Governança



APRESENTAÇÃO

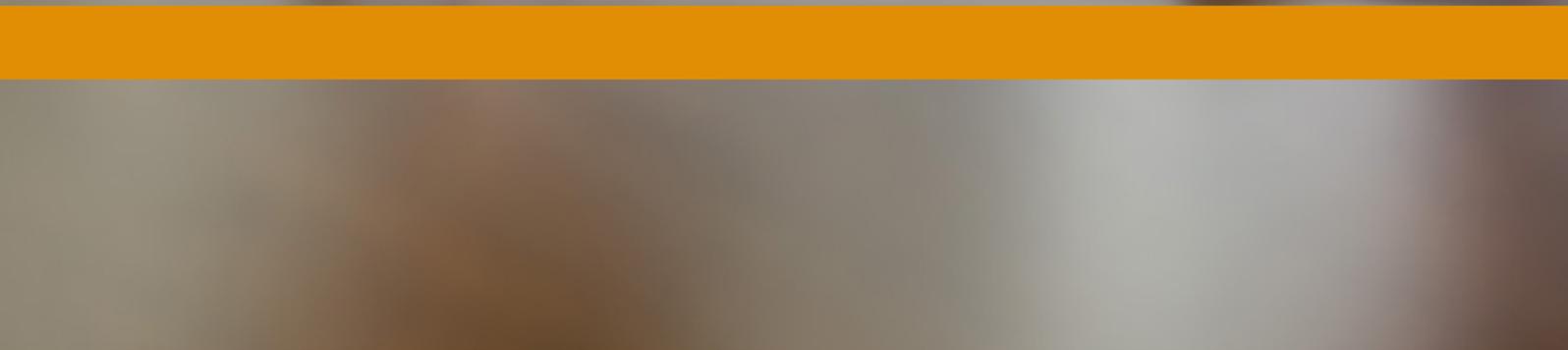
A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud – foi criada com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Funpresp-Jud é uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira e gerencial, nos termos da Lei 12.618/2012, possuindo uma estrutura organizacional composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O regime de previdência complementar é facultativo e visa assegurar a constituição de reservas que garantam o benefício contratado, conforme art. 202 da Constituição Federal de 1988.

A partir da aprovação do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud, em 14/10/2013, os membros e servidores titulares de cargos efetivos que ingressarem no serviço público federal do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público terão suas aposentadorias limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e poderão participar de um plano de benefícios complementar para obter renda superior a esse valor. Para tanto, a União, na qualidade de patrocinadora, contribuirá paritariamente até o limite de 8,5% sobre a parcela da remuneração que ultrapassar o teto do RGPS.

Em conformidade com a Resolução CGPC 23/2006, a Funpresp-Jud apresenta o Relatório Anual de Informações aos Participantes - 2015.





 **MENSAGEM**

MENSAGEM

DIRETORIA EXECUTIVA

O ano de 2015, segundo ano de funcionamento da Funpresp-Jud, foi marcado por diversos avanços na estruturação e consolidação da Entidade.

Logo no início do exercício, a Funpresp-Jud firmou Protocolos de Compromisso com o Supremo Tribunal Federal (STF) e com o Ministério Público da União (MPU) para estabelecer o tratamento a ser dado ao aporte a título de adiantamento de contribuições futuras, realizado pelos patrocinadores para iniciar o funcionamento da Fundação, aprimorando o processo de registro contábil e de transparência da informação. Em decorrência, o aporte passou a ser contabilizado como empréstimo, cujos valores são atualizados pelo IPCA e serão compensados das contribuições futuras dos patrocinadores a partir do atingimento do ponto de equilíbrio operacional, estimado para 2018, quando as receitas administrativas serão potencialmente suficientes para cobrir as despesas da Funpresp-Jud e iniciar a compensação dos valores adiantados pelos patrocinadores.

Foram propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho Deliberativo documentos de extrema relevância para a consolidação das melhores práticas de governança: o Manual de Governança Corporativa, a Política de Alçadas Decisórias, as diretrizes para instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Em junho de 2015, a partir da edição da Resolução Conjunta STF/MPU 1, a Funpresp-Jud iniciou o projeto “Representantes Funpresp-Jud”, para ampliar sua atuação junto aos órgãos patrocinadores. Foram indicados 332 servidores para atuarem como Representantes Funpresp-Jud, em todo o País, dos quais 250 já receberam capacitação. Devem esses servidores prestar informações e esclarecer dúvidas a respeito do plano de benefícios de previdência complementar, auxiliando na estratégia para obtenção de novas adesões de participantes.

Com relação às campanhas de adesão e de educação financeira e previdenciária, além dos Encontros Regionais e das palestras nos órgãos patrocinadores, a Fundação promoveu em 2015 a primeira edição do Prêmio Funpresp-Jud, que culminou com a entrega da premiação aos vencedores da campanha de adesão - CNMP, TRE-GO, TRE-PI, TSE, TJDFT, TRF-3ª Região e TRT-11 – e ao vencedor do Projeto de Educação Financeira e Previdenciária, Sr. Paulo Jáballi Junior, servidor da PRT da 2ª Região.

Os resultados do Prêmio Funpresp-Jud 2015 foram promissores. A média de adesões mensais saltou de 125, no período de janeiro/2014 a junho/2015, para 252, de julho a outubro/2015, período da campanha, com um aumento significativo de 102%.

Outro marco que merece registro foi a ampliação da cobertura previdenciária para os membros e servi-

dores públicos federais possibilitada pela aprovação da adesão automática à previdência complementar daqueles que venham a ingressar no serviço público e que tenham remuneração superior ao teto do RGPS, instituída pela Lei 13.183/2015. Continuam facultativas a adesão e a permanência dos participantes no plano de benefícios de previdência complementar, como prevê a Constituição, mas o mecanismo da inscrição automática garante a cobertura previdenciária desde o primeiro dia de trabalho, cumprindo seu papel de promover proteção e amparo aos membros e servidores.

A adesão automática trouxe novas conquistas para a Funpresp-Jud com relação ao percentual de adesão: antes da implantação do mecanismo a Fundação tinha 70% de adesão dos membros e servidores submetidos ao teto do RGPS; após a adesão automática, o percentual de adesão saltou para 87%.

No ambiente em que se insere, a Funpresp-Jud também tem desempenhado papel relevante. Participou ativamente do Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão realizado em outubro, com destaque para o painel “Previdência complementar do servidor público e ampliação da cobertura previdenciária” e para a plenária “Os desafios dos fundos de pensão dos servidores públicos e a adesão automática”. A Fundação atuou com destaque junto aos demais fundos de pensão de previdência complementar do servidor público, coordenando a

Comissão Técnica Nacional dos Fundos de Pensão de Servidores Públicos da Associação Brasileira dos Fundos de Pensão (ABRAPP), da qual participam também a Funpresp-Exe e os fundos de pensão dos Estados de São Paulo (SP-PREVCOM), do Rio de Janeiro (RJPREV), do Espírito Santo (PREVES) e de Minas Gerais (PREVCOM-MG).

Quanto ao seu papel na sociedade, a Fundação exerceu na prática seus valores ao apoiar a Campanha do Ministério Público (MP): 10 medidas contra a corrupção, divulgando-a amplamente nas mídias da Entidade e coletando assinaturas em todos os eventos realizados.

Por fim, a Diretoria Executiva encerrou o ano com o espírito de dever cumprido, pois alcançamos 13,60% de rentabilidade nominal líquida (2,65% em termos reais – acima do IPCA) no investimento dos recursos do Plano de Benefícios. Embora este índice tenha ficado abaixo do *benchmark* estabelecido, por conta do cenário econômico adverso, foi bastante superior à média das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Superamos a meta de adesão de 4.000 participantes, atingindo 4.092 inscritos, e de redução da despesa *per capita* em 30%, apurando um decréscimo de mais de 52% no exercício, com o esforço e o trabalho de toda a equipe da Fundação, dos patrocinadores e dos servidores indicados como Representantes Funpresp-Jud.

MENSAGEM

CONSELHO DELIBERATIVO

Este ano representou um novo marco na história da Funpresp-Jud, com a realização de processo eleitoral para escolha dos representantes dos participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e no Comitê de Assessoramento Técnico. Tal processo culminou com a posse dos membros em abril e, posteriormente, com a deliberação do Conselho de reconduzir a Diretoria Executiva para um mandato de três anos.

Em 2015, o Conselho Deliberativo estabeleceu diretrizes que nortearam a condução da Funpresp-Jud em um ano desafiador para o País, adequando a Política de Investimentos e aprovando normas para consolidação da governança e do funcionamento da Fundação.

O Conselho acompanhou e apoiou a Diretoria Executiva nos projetos em curso para ampliação do número de participantes do Plano de Benefícios JusMP-Prev. Foram realizadas campanhas, como o Prêmio Funpresp-Jud e a nomeação de Representantes Funpresp-Jud, e implementados mecanismos modernos e comprovadamente eficazes para proporcionar proteção previdenciária aos membros e servidores dos órgãos do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do CNMP. Entre estes mecanismos, destaca-se a adesão automática.

Na busca contínua pelo aperfeiçoamento da governança, alinhado às melhores práticas, o Conselho Deliberativo aprovou o Manual de Governança Corporativa, a Política de Alçadas Decisórias, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e as diretrizes para a construção do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Fundação.

Outro fato relevante, que terá reflexos a partir de abril de 2016, foi a redução do percentual destinado ao Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), apurada na avaliação atuarial anual de 2015 e aprovada pelo Conselho Deliberativo, que possibilitará direcionar mais recursos para os saldos de contas dos participantes e maiores benefícios na aposentadoria.

Ao encerrar o exercício, verificamos com satisfação os resultados obtidos na expansão do número de participantes, com superação das metas estabelecidas, na rentabilidade alcançada nos investimentos, mesmo em cenário econômico desafiador, e na redução das despesas administrativas *per capita*, graças a um bom planejamento e ao cumprimento das políticas com seriedade e transparência, visando gerir com eficiência os recursos dos participantes que a nós confiaram seu futuro.

MENSAGEM

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal empenhou-se no último ano em sedimentar procedimentos buscando implementar uma cultura institucional de controles prévios e de transparência, visando o atingimento de seu objetivo maior: zelar pelo futuro de seus participantes de forma contínua e equilibrada.

Por ser um órgão colegiado e fiscalizador, buscou o aperfeiçoamento dos controles internos e o trato correto dos recursos recebidos pela Funpresp-Jud, bem como do seu patrimônio, através do acompanhamento das deliberações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, zelando pela gestão econômico-financeira da Entidade. Neste sentido, foram realizadas ao longo de 2015, 12 sessões ordinárias e 14 sessões extraordinárias, cujas atas foram publicadas no sítio eletrônico da Fundação, em estrita obediência aos princípios da transparência e da publicidade de atos.

O Plano de Trabalho de 2015 foi executado com base no detalhamento das atividades mensais, semestrais, periódicas e não periódicas exercidas pelo Conselho. Mostrou-se importante ferramenta na avaliação do cumprimento das obrigações, emanadas do Estatuto e Regimento Interno da Funpresp-Jud, enquanto órgão fiscalizador, ao mesmo tempo em que serviu como bússola a nortear o planejamento eficaz das ações a serem implementadas.

Impende ressaltar que o Conselho Fiscal, no desempenho de suas inúmeras atribuições, dedicou-se no

último ano ao implemento de uma cultura com ênfase na importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos, visando garantir o exame da política de investimentos e da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor, verificando rotinas operacionais e encaminhando sistematicamente recomendações ou tomando medidas para saneamento de eventuais deficiências constatadas, observando sempre os limites de sua competência.

Destaca-se, ainda, o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos. Neste ponto, faz-se imprescindível relatar que a Funpresp-Jud conseguiu reduzir em 52% as despesas *per capita*, reafirmando nosso compromisso de tratar com moderação e de forma econômica os recursos destinados a cobrir as despesas para funcionamento da entidade, consoante preconiza o Estatuto Social.

Por derradeiro, despedimo-nos, não sem antes reafirmar o compromisso do Conselho Fiscal de contribuir para o fiel cumprimento do dever fiduciário da Funpresp-Jud, em relação aos nossos participantes e patrocinadores, primando sempre pela transparência em todas as ações, mantendo uma fiscalização eficaz, alinhada à busca pelos mais altos padrões de excelência na gestão dos recursos financeiros administrados.





GESTÃO E GOVERNANÇA



GESTÃO E GOVERNANÇA

MISSÃO

“Proporcionar ao participante o melhor benefício previdenciário, por meio da otimização dos recursos investidos, respeitados níveis prudentes de risco, de forma responsável, ética e transparente.”

VALORES

- Ética
- Transparência
- Comprometimento
- Credibilidade
- Excelência
- Responsabilidade

VISÃO

“Ser reconhecida pela excelência na administração de plano de benefícios previdenciários para servidores e membros dos Patrocinadores até 2020.”

PERSPECTIVAS

FINANCEIRA

Ampliar a oferta de produtos e serviços adequados ao perfil dos participantes e beneficiários.

Otimizar a rentabilidade dos recursos geridos, observando-se níveis prudentes de risco.

PARTES INTERESSADAS

Melhorar o relacionamento e fomentar a integração com os patrocinadores.

Promover a educação financeira e previdenciária aos servidores e aos membros dos patrocinadores.

Atrair e reter participantes.

PROCESSOS INTERNOS

Ter prática de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado.

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.

Implementar processos de trabalho ágeis, eficientes, efetivos e normatizados.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Prover sistema de informações gerenciais e soluções eficazes em TI.

Atrair e reter talentos, desenvolver competências, proporcionando gestão do conhecimento entre os colaboradores.





PRINCIPAIS EVENTOS

PRINCIPAIS EVENTOS

JANEIRO

- Oficina de mapeamento de processos ministrada pelo Escritório de Gestão de Processos do MPF

FEVEREIRO

- Início da implantação do sistema previdenciário TrustPrev.

MARÇO

- Reunião com a PREVIC e o Banco Mundial
- Mudança para nova sede
- Ambientação dos novos servidores no STJ

ABRIL

- Evento de Educação Financeira e Previdenciária no TRT da 10ª Região
- Posse dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Assessoramento Técnico
- Palestra no TRE/PB
- Palestra no TRF da 4ª Região
- Reunião com TSE

MAIO

- Ambientação para novos servidores da ESMPU
- Audiência com Ministro Gilmar Mendes no STF
- Recondução da Diretoria Executiva
- Palestra no TRE-CE
- Palestra no Evento de Boas Vindas no TJDFT
- Reunião com os Diretores-Gerais do STF, do CNJ, do CJF, do CNMP
- Reunião com o Diretor-Geral do CSJT
- Reunião com o Diretor-Geral do TST
- Reunião com o Diretor-Geral do MPDFT
- Reunião com o Diretor-Geral do MPT
- Reunião com o Diretor-Geral do TRF da 1ª Região
- Reunião com o Diretor-Geral da SJ/DF
- Palestra no CJF
- Reunião com o Diretor-Geral do STJ

JUNHO

- Reunião com o Diretor-Geral do STM
- Palestra no CNMP
- Palestra no TRE-PI
- Encontro Regional de Gestão de Pessoas Centro-Oeste e Tocantins
- Encontro Regional de Gestão de Pessoas Região Sul
- Encontro Regional de Gestão de Pessoas Região Sudeste
- Encontro Regional de Gestão de Pessoas Região Nordeste
- Encontro Regional de Gestão de Pessoas Região Norte
- Palestra na SJ-SP
- Palestra no TRE-MT
- Lançamento do Prêmio Funpresp-Jud 2015

JULHO

- Evento de Educação Financeira e Previdenciária no TST
- Ambientação no MPDFT

AGOSTO

- Capacitações dos Representantes Funpresp-Jud no ESMPU
- Palestra no TRT da 18ª Região
- Ambientação na PGR
- Palestra no TRF 5ª Região
- Palestra na PR-DF
- Ambientação no MPDFT
- Palestra no TRE-SP
- Palestra no CJF
- Novo processo seletivo para provimento de cadastro reserva para os empregos em comissão

PRINCIPAIS EVENTOS

SETEMBRO

- Palestra no TRT da 14ª Região
- Palestra no TRT da 15ª Região
- Ambientação no STF
- Palestra no Encontro Nacional dos Secretários-Gerais da Presidência dos TRTs
- Capacitação no CNMP
- Palestra no TRE-GO
- Palestra no TRT da 18ª Região
- Ambientação no MPDFT
- Palestra no CSJT
- Palestra na Amatra II – Justiça do Trabalho da 2ª Região
- Evento de Educação Financeira e Previdenciária 2015 no TJDFT
- Capacitações para os Representantes Funpresp-Jud

OUTUBRO

- Palestra no TRE-MS
- Palestra no TRE-SE
- Palestra no TRE-BA
- Palestra no STF
- Palestra no TSE
- Reunião na PGR
- Palestra SJ-PE
- Palestra no 36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão
- Inauguração do Espaço Funpresp-Jud no TJDFT

NOVEMBRO

- Aprovação da Lei 13.183/2015, que instituiu a adesão automática
- Palestra no TRT 1ª Região
- Palestra no Sisejufe RJ
- Ambientação no TRT da 15ª Região
- Palestra na PRT da 15ª Região
- Ambientação no TRT 10ª Região
- Ambientação no MPDFT
- Ambientação no CNJ

DEZEMBRO

- Cerimônia de entrega do Prêmio Funpresp-Jud 2015 na Procuradoria da Justiça Militar, em Brasília
- Visita institucional no MPF

A Funpresp-Jud trabalha em prol da melhoria contínua da comunicação com os participantes, os patrocinadores, os membros e os servidores do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com a imprensa geral e especializada, visando ao estreitamento dessas relações.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

A Assessoria de Comunicação e Marketing (Ascom) desenvolveu, com o auxílio das áreas técnicas, vários materiais durante o ano de 2015 e buscou a aproximação com o servidor por meio de envio de notícias pelos canais internos do patrocinador, como boletins eletrônicos, revistas e mídias sociais. Além disso, assessorou as entrevistas concedidas pela Diretoria Executiva às associações de classe e aos veículos dos órgãos patrocinadores; lançou o Funpresp-Jud Notícias, boletim eletrônico voltado ao participante do Plano de Benefícios (PB), e a campanha “Você Sabia?”, para esclarecer temas de interesse com abordagem clara e objetiva, e ainda marcou presença em datas comemorativas com mensagens enviadas por e-mail e disponibilizadas no site e no facebook.

YOUTUBE

O canal do Youtube da Entidade foi alimentado com entrevistas e vídeos sobre previdência complementar do servidor público, Plano de Benefícios JusMP-Prev, Política de Investimentos, fiscalização e outros assuntos de interesse dos membros e servidores do Poder Judiciário da União, do MPU e do CNMP.

ENCONTROS REGIONAIS

Foram realizados Encontros Regionais nas 5 regiões brasileiras com intuito de ampliar e consolidar os conceitos e as regras da previdência complementar do servidor público e do Plano de Benefícios JusMP-Prev, os quais contaram com cerca de 240 servidores que atuam na área de gestão de pessoas e de comunicação, além de outros interessados oriundos de 67 patrocinadores.

Esses Encontros foram o ponto de partida para o Projeto “Representantes Funpresp-Jud” que se desdobrou em 6 capacitações, com 96 horas de treinamento, realizadas em todas as regiões do Brasil e que reuniram mais de 250 representantes. Os primeiros frutos já foram colhidos: o número de adesões cresceu no segundo semestre de 2015 e o primeiro Espaço Funpresp-Jud foi inaugurado por iniciativa do TJDFT.

PRINCIPAIS PROJETOS

COMUNICAÇÃO E MARKETING

PRÊMIO FUNPRESP-JUD

Outro projeto desenvolvido foi o Prêmio Funpresp-Jud 2015, idealizado com duas premiações, uma para concurso de projeto acadêmico e intelectual de educação financeira e previdenciária, com o objetivo de difundir os conceitos de previdência complementar e promover a cultura previdenciária, e outra para campanha de adesão ao Plano de Benefícios JusMP-Prev, com a finalidade de divulgar a Fundação e o Plano junto aos membros e servidores.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

A educação financeira e previdenciária também foi um tema abordado em eventos de ambientações e posses realizados pela Diretoria de Seguridade por todo o País, e em eventos específicos, realizados no Tribunal Superior do Trabalho (TST), no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região (TRT-10) e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) em Brasília.

RELACIONAMENTO COM OS PATROCINADORES

Um dos objetivos da Ascom em 2015 foi manter constante relacionamento com as Assessorias de Comunicação dos órgãos patrocinadores e com a mídia externa. Como resultado, foram divulgadas 237 matérias, além de vídeos e entrevistas sobre a Funpresp-Jud.

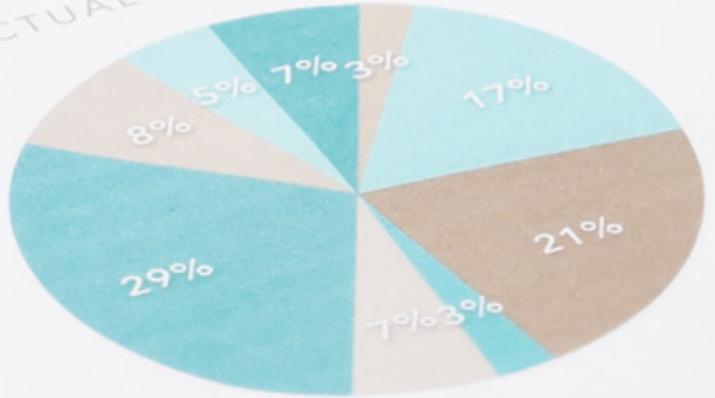




MONTHLY BUDGET

HOW TO USE: Enter your budget for each category in the Summary sheet. Enter transactions on the Transactions sheet to see how your actual

ACTUAL SUMMARY



Category

- Auto
- Entertainment
- Food
- Home
- Medical
- Personal
- Travel

Investment over five years
Enter the discount rate (the
present value of future cash flows).
Enter the values in the tables below.

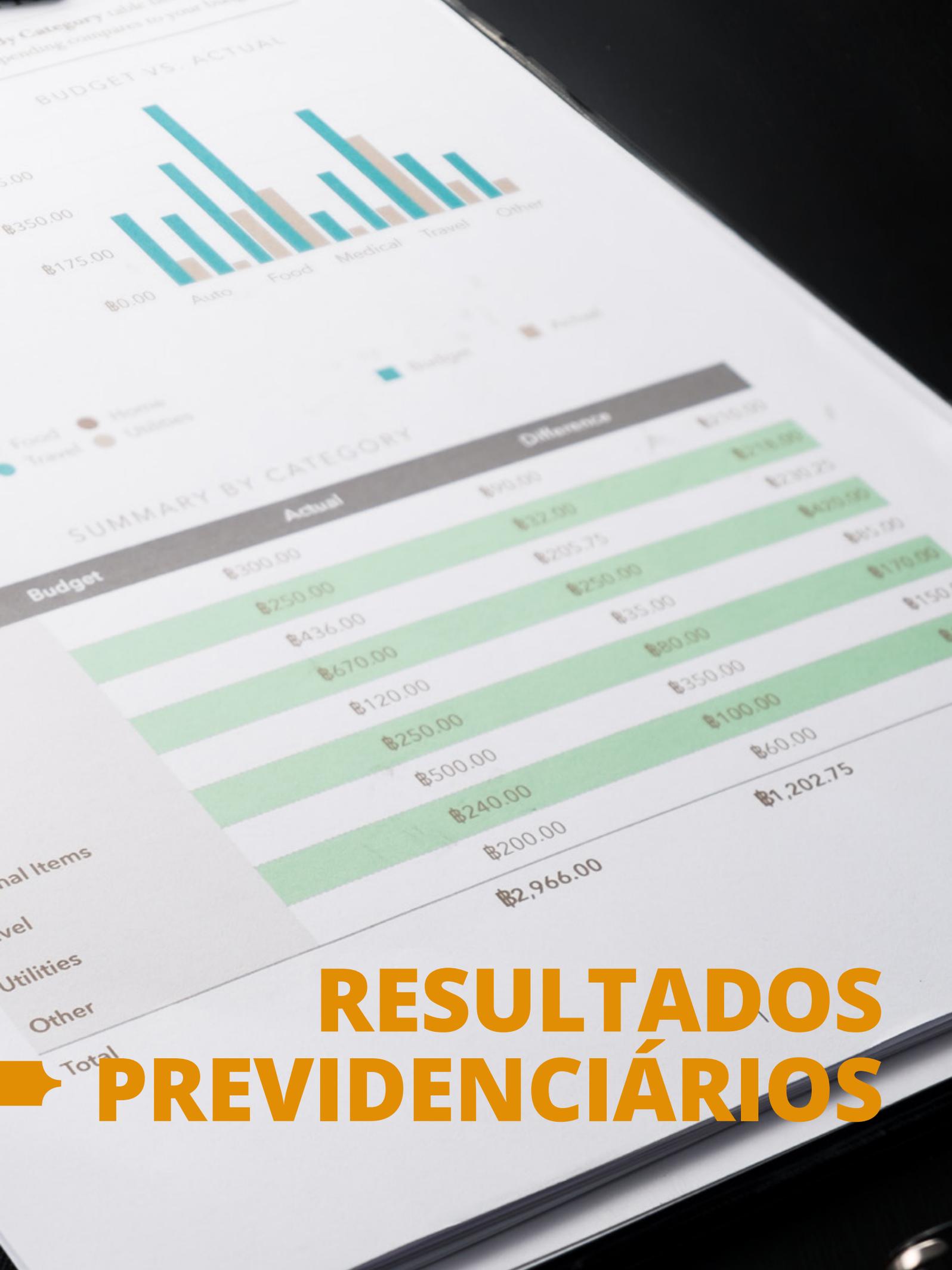
Investment (PV ROI)
(in Thousands)
IRR

Factor
Revenue
Costs
BENEFITS
PRESENT VALUE (BENE

COSTS
One-Time Costs
Recurring Costs
ANNUAL COSTS
PRESENT VALUE

NET VALUE
Annual Net Va
Cumulative N
NET PRESE
ANNUAL RO

13
16
17
18
19
20



RESULTADOS PREVIDENCIÁRIOS

RESULTADOS PREVIDENCIÁRIOS

ATUARIAIS

1. EVOLUÇÃO DO CUSTEIO

O Plano JusMP-Prev possui somente um grupo de custeio, sendo seus benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida e seu custo calculado atuarialmente apenas em relação aos aportes destinados ao Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pelos participantes e patrocinadores.

O percentual apurado de 15,02%, destinado à formação do FCBE na avaliação de 2015, foi o mesmo apresentado na avaliação do ano de 2014. Dessa forma, em função de o custeio ter-se confirmado pelo segundo ano consecutivo, sugere-se a alteração do plano de custeio a partir de 2016, com a devida redução de 15,35% para 15,02%. Descontada a taxa de carregamento de 7,00% e o FCBE de 15,02%, o percentual destinado à conta de Reserva Acumulada Normal (RAN) é de 77,98%.

2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação das Provisões Matemáticas entre a Avaliação Atuarial de 2014 e a Avaliação Atuarial de 2015 decorre dos valores vertidos de contribuição dos participantes, dos patrocinadores, dos valores portados e da rentabilidade dos investimentos.

Até o momento da data-base da Avaliação Atuarial, o Plano não apresentava participantes assistidos, resultando em valor nulo nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC registradas no balanço de 31/12/2015, encontram-se com os seguintes montantes, em reais:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	29.189.940,62
Benefícios Concedidos	0,00
Contribuição Definida	0,00
Benefícios a Conceder	29.189.940,62
Contribuição Definida	25.045.031,77
Benefício Estruturado em Regime Capitalização não Programado	4.144.908,85
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	4.144.908,85
Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários - FCBE	4.144.908,85

3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Patrimônio Social possui o montante de R\$ 29.363.734,93 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), formado pelas Provisões Matemáticas e o Fundo Administrativo de R\$ 173.794,31 (cento e setenta e três mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Plano JusMP-Prev, qual seja, de contribuição definida para os benefícios programados e de risco, o Plano não apresenta riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Plano.

Os recursos alocados no FCBE, de natureza coletiva, visam garantir os benefícios de risco de forma acessória. Na apuração do custeio é considerado um adicional de 10% do total dos custos dos benefícios oferecidos pelo FCBE como Oscilação de Risco.

4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Não há insuficiência de cobertura em função da modalidade em que está estruturado o Plano JusMP-Prev e do sistema de cotas previdenciais.

RESULTADOS PREVIDENCIÁRIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS

1. QUALIDADE DE BASE CADASTRAL

O cadastro dos participantes foi extraído do sistema previdenciário, posicionado em dezembro de 2015 com as fichas de inscrição recebidas até 29/1/2016. Após os testes de consistência e as devidas retificações, os dados foram considerados válidos e suficientes para a avaliação atuarial.

2. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Não há resultado superavitário ou deficitário em função de o Plano ser estruturado na modalidade de contribuição definida e do sistema de cotas previdenciais.

3. NATUREZA DO RESULTADO

Este item não se aplica ao Plano JusMP-Prev.

4. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

No financiamento de todos os benefícios do Plano utiliza-se o regime financeiro de capitalização, adotando-se o método financeiro de capitalização na avaliação dos benefícios programados e de risco previstos no Plano, exceto o benefício por sobrevivência do assistido e dos aportes extraordinários, sendo que para estes adotou-se o método agregado. O referido método é adequado e deve continuar sendo adotado para o financiamento dos benefícios do Plano, à luz da legislação previdenciária vigente.

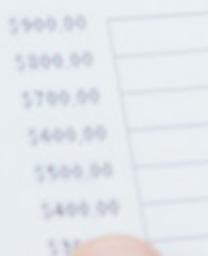
5. CONCLUSÃO

Conclui-se que o Plano de Benefícios Previdenciários JusMP-Prev, administrado pela Funpresp-Jud, atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada com a devida mensuração do plano de custeio aos benefícios oferecidos.

Trade Pattern - Year overview



Stock Market share







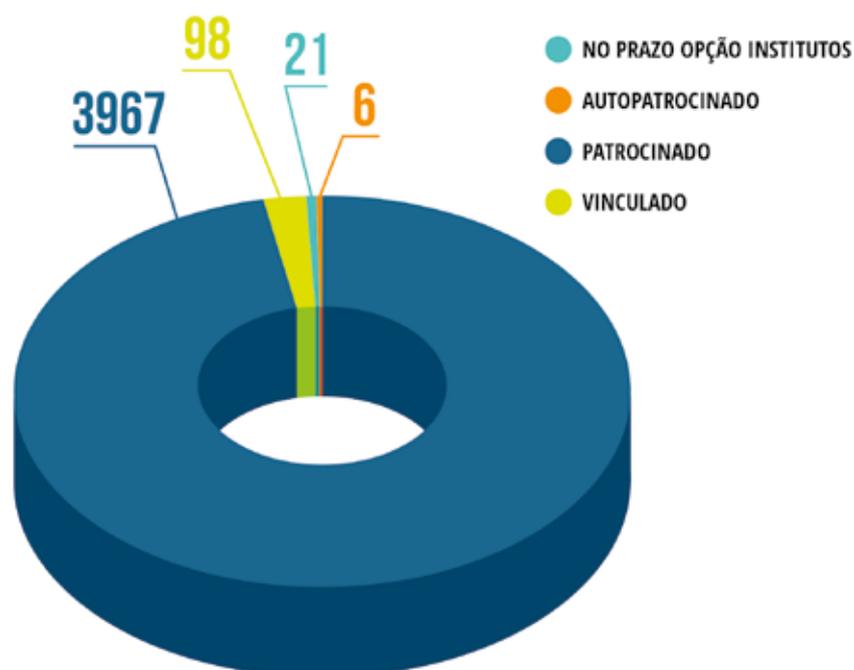
SEGURIDADE

SEGURIDADE

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

Ao final de 2015, o Plano de Benefícios contava com **4.092** participantes. Veja nos gráficos abaixo suas características quanto à categoria de participantes e gênero:

PARTICIPANTES POR CATEGORIA



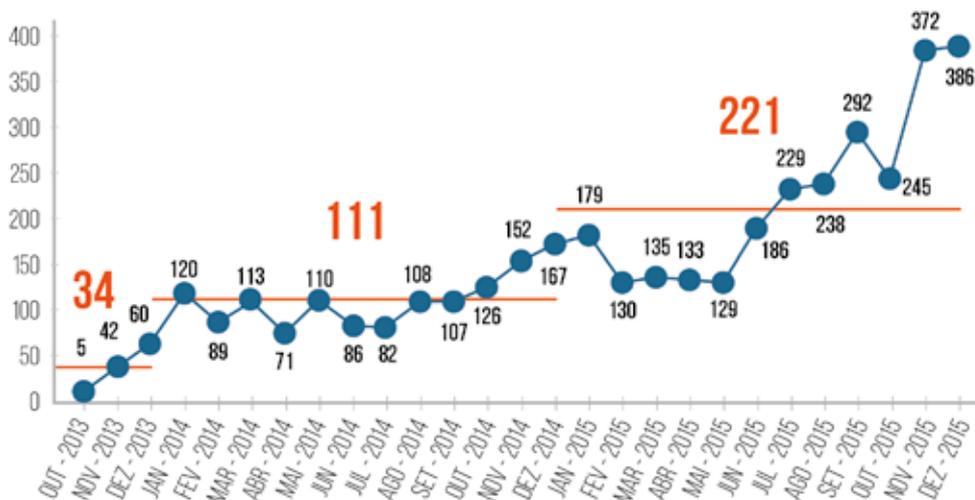
PARTICIPANTES POR SEXO



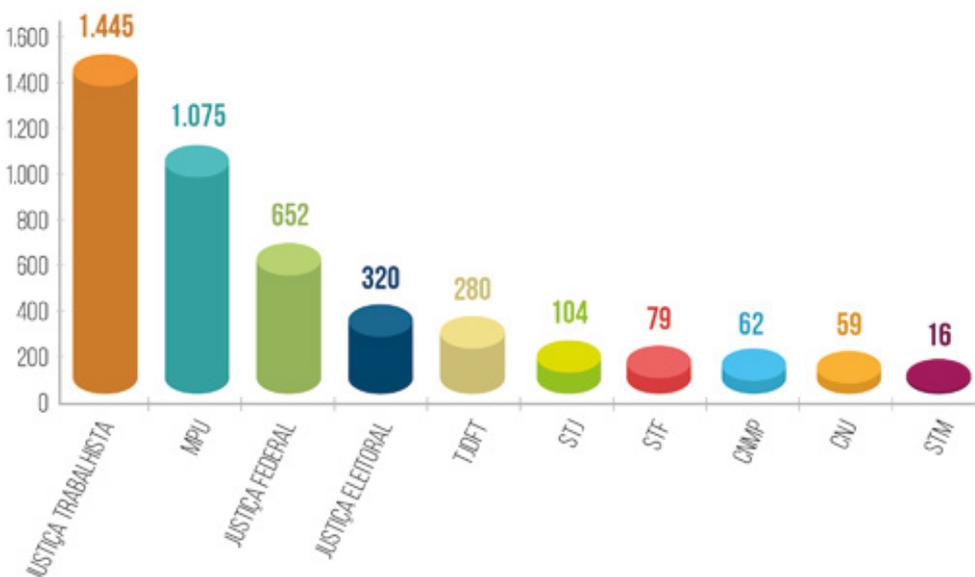
ADESÕES DE NOVOS PARTICIPANTES

O gráfico a seguir representa o resultado do esforço conjunto da Funpresp-Jud e dos Patrocinadores para divulgar o Plano de Benefícios e conquistar novas adesões de participantes:

ADESÕES POR MÊS



Os participantes são membros e servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), distribuídos percentualmente nos seguintes ramos:



RELACIONAMENTO

COM OS PARTICIPANTES

Em 2015 a área de relacionamento atendeu a 2.946 solicitações, sendo 2.407 recebidas por e-mail, 482 por telefone e presencialmente, em nossa sede em Brasília, 57 interessados em aderir ao plano de benefícios.

Os temas mais questionados foram sobre:

- A migração do regime próprio para o regime complementar (até outubro de 2015).
- O plano de benefícios.
- A tributação do IRPF.
- O preenchimento de formulários.

Apesar de o prazo legal para atendimento a solicitações de participantes ser de 30 dias, a equipe da Funpresp-Jud conseguiu reduzir o seu tempo médio, que era de 21 horas, para 1 hora e 47 minutos.

Foram realizadas duas ações de relacionamento. Em julho foi feita uma pesquisa de opinião com os

servidores pertencentes ao novo regime que não aderiram à Funpresp-Jud, onde foram mapeados os motivos pelos quais os servidores não se inscreviam no Plano de Benefícios e quais as opiniões em relação à Funpresp-Jud. O resultado da pesquisa serviu de insumo para novas ações de comunicação e marketing.

Em conjunto com a Ascom foram enviados e-mail marketing para os membros/servidores do atual regime que não aderiram ao Plano demonstrando as perdas financeiras decorrentes da não adesão.

Em novembro, mês em que o regulamento permite ao participante alterar os percentuais de contribuições, foram enviadas mensagens com esse lembrete para todos os participantes patrocinados e vinculados.

Finalizamos o ano de 2015 com a avaliação de “Excelente” e “Muito Bom” para 95,84% dos atendimentos a participantes e não participantes pesquisados.





A hand holding a white coffee cup filled with dark coffee. In the background, a laptop screen displays a blurred image of a person walking. The scene is brightly lit, suggesting an indoor setting with large windows.

➔ INVERSIONES

INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos 2015 foi caracterizada pela alteração do índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios (PB), que passou a ter uma estratégia ativa. O novo *benchmark* foi de IPCA + 5% ao ano, deduzindo-se os custos dos investimentos (taxas de administração, de corretagem, emolumentos, custódia, entre outros). Assim, estimava-se que a referência seria equivalente a IPCA + 4,75% ao ano.

Adicionalmente, houve a consolidação dos investimentos no segmento de renda fixa, inclusive com a possibilidade de alongamento das aplicações financeiras nesse segmento (diretamente ou por meio de fundos de investimento), bem como o início da exploração de novas vertentes, notadamente com a primeira alocação em investimentos no exterior,

ocorrida em maio de 2015. Havia também autorização para o começo das aplicações em renda variável, porém tal possibilidade não foi utilizada em virtude do cenário econômico.

Foi prevista, adicionalmente, a utilização da Carteira Própria da Fundação para investimentos, notadamente do Plano de Benefícios, que teve início em agosto de 2015.

Já o Plano de Gestão Administrativa (PGA), manteve a estratégia passiva, porém com busca de maior rentabilidade para a parcela exigível somente no longo prazo. No PGA, o *benchmark* passou para 85% em CDI e 15% em IMA-B5, também se deduzindo os custos dos investimentos.

PASSIVOS, OBRIGAÇÕES E FLUXOS

Em termos gerais, o Plano de Benefícios caracteriza-se pela alta frequência de aportes na distribuição temporal dos fluxos dos recursos previstos para os próximos 35 anos. Dessa forma, estima-se que, nesse período, haverá forte acumulação de recursos, com baixo volume de saída de capital. A parte majoritária do direcionamento das reservas do Plano de Benefícios se dará à acumulação pelos Participantes (RAN e RAS). Após essa fase, serão iniciados os pagamentos de complementos de benefícios, porém, ainda com volumes significativos de fluxo de aporte de recursos. Assim, não se espera fluxo negativo de recursos por um período longo.

O Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE) é formado visando assegurar condições contratadas na ocorrência de benefícios não-programados, tais como: morte, invalidez, sobrevivência e situações de aposentadorias especiais.

Para o PGA, direcionado para as despesas administrativas da Fundação, não são esperados valores significativos acumulados, pelo menos nos primeiros anos de seu funcionamento, considerando a estrutura fixa a ser instalada, necessária ao pleno funcionamento da Entidade, e também os custos de sua geração, vis-à-vis os valores das receitas advindas de taxas incidentes nas contribuições.

DIRETRIZES PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

A escolha dos índices de referência (*benchmarks*) se balizou no baixo risco de mercado, tratando-se de títulos de reduzida duração ou mesmo de instrumentos financeiros pós-fixados atrelados à taxa de juros de um dia, dependendo das condições de mercado, e forte correlação positiva com a taxa básica de juros.

A estratégia a ser adotada propôs que os recursos do PGA fossem aplicados majoritariamente (85% do total) em fundo de investimento com *benchmark* ligado ao DI. O volume restante, representando 50% do saldo mínimo que o PGA deverá atingir no futuro, mesmo em cenário adverso, seria mantido em aplicações atreladas ao IMA-B5.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL	BENCHMARK ⁽⁴⁾
1. Renda Fixa⁽¹⁾	100%	100%	100%	100%	85% DI - Depósito Interfinanceiro e 15% em IMA-B5
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à Inflação e Operações Compromissadas	75%	50%	100%	100%	
Títulos Privados ⁽²⁾⁽³⁾	25%	0%	50%	80%	

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa, quando autorizados

(2) Títulos privados classificados de baixo risco de crédito, conforme item 20.2 da Política de Investimentos 2015

(3) Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 50% vale somente para aplicações em fundos de investimentos abertos. Aplicações diretas (via carteira própria ou fundos de investimento exclusivos) ficam limitadas a 10%

(4) Deverão ser deduzidas as taxas de administração dos fundos de investimento, corretagens, emolumentos, entre outros

INVESTIMENTOS

DIRETRIZES PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS

PLANO DE BENEFÍCIOS (PB)

A Fundação trabalhou com a indicação de ligeira diversificação dos investimentos, porém inicialmente somente no segmento de renda fixa, considerando os prêmios elevados, notadamente dos títulos públicos federais, verificados no início de 2015.

A Alocação Objetivo (vide tabela na sequência) foi dada por percentuais esperados com vistas a maximizar o retorno dos investimentos, porém com flexibilidade para consecução de percentuais diferentes, de forma tática, em função de condições momentâneas, dados cenários ou configurações conjunturais distintas das esperadas inicialmente.

É importante ressaltar a preocupação tanto do Conselho Deliberativo quanto da Diretoria Executiva em relação a esta fase inicial de implantação da Fundação, à imagem transmitida aos participantes e à questão relacionada à pouca cultura previdenciária e financeira dos investidores em geral. Assim, optou-se, naquele momento, por aplicações financeiras dos recursos do Plano de Benefícios que fossem compatíveis com o grau de aceitação de risco por parte dos participantes em geral.

Adicionalmente, levou-se em consideração a necessidade de manter rentabilidades, no todo ou em parte, que incorporassem proteção contra a inflação e ainda agregassem prêmio. Nesse sentido, parte significativa do investimento seria destinada preferencialmente à aquisição de títulos públicos federais de curto e médio prazos indexados ao IPCA (NTN-B).

Importante destacar a possibilidade de aplicação dos recursos em renda variável e em investimentos no exterior, com vistas a se iniciar a diversificação da carteira de investimentos da Fundação, porém com percentuais ainda pouco significativos.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL	BENCHMARK ⁽⁵⁾
1. Renda Fixa⁽¹⁾	93%	85 %	100%	100%	IPCA + 5% ao ano
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à Inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós-fixados	80%	35%	100%	100%	
Títulos Privados ^{(2) (3)}	13%	0%	50%	80%	
2. Renda Variável⁽⁴⁾	5%	0%	10%	70%	
Índices amplos	5%	0%	10%	70%	
3. Investimentos no Exterior	2%	0%	5%	10%	

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa, quando autorizados

(2) Títulos privados classificados de baixo risco de crédito, conforme item 20.2 da Política de Investimentos 2015

(3) Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 50% vale somente para aplicações em fundos de investimentos abertos. Aplicações diretas (via carteira própria ou fundos de investimento exclusivos) ficam limitadas a 10%

(4) Deverão ser deduzidas as taxas de administração dos fundos de investimento, corretagens, emolumentos, entre outros

OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações Cadastrais do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Nome: Ronnie Gonzaga Tavares

CPF: 123.410.258-70

Certificação: CPA-20 ANBIMA e ICSS – Ênfase em Investimentos

Cargo: Diretor de Investimentos

INVESTIMENTOS

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

		2015			2014			Em R\$ mil
DESCRIÇÃO		PGA	PLANO	TOTAL	PGA	PLANO	TOTAL	
	Conta Corrente	-	-	-	-	33	33	
	BB Institucional Fundo de Investimento RF	5.124	10.816	15.941	3.722	11	3.733	
Banco do Brasil	BB Previdenciário RF IRF-M1 Títulos Públicos	5	2.157	2.162	6.309	892	7.201	
	BB Previdenciário RF IMA-B5 LP FIC	2.884	22	2.906	-	2.528	2.528	
	BB ações BDR Nível 1	-	416	416				
	Subtotal Banco do Brasil	8.013	13.412	21.425	10.031	3.464	13.495	
Caixa Econômica Federal	Caixa Brasil Referenciado DI Longo Prazo	11.138	2.189	13.326	13.222	2.056	15.278	
	FI Brasil IRF-M1 Títulos Públicos RF	15	105	120	-	-	-	
	FI Brasil IRF-M1 + Títulos Públicos RF	-	21	21	-	-	-	
	Subtotal CAIXA	11.153	2.315	13.468	13.222	2.056	15.278	
	Subtotal Gestão Terceirizada	19.166	15.727	34.893	23.253	5.520	28.773	
Títulos Públicos	Letra do Tesouro Nacional	-	2.690	2.690	-	-	-	
	Nota do Tesouro Nacional	-	8.448	8.448	-	-	-	
	Subtotal Títulos Públicos	-	11.138	11.138	-	-	-	
Créditos Privados	Letra Financeira	-	2.450	2.450	-	-	-	
	Subtotal Letra Financeira	-	2.450	2.450	-	-	-	
	Subtotal Carteira Própria	-	13.588	13.588	-	-	-	
	Total Geral	19.166	29.314	48.481	23.253	5.520	28.772	

Fonte: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Funpresp-Jud

As aplicações terceirizadas, fundos de investimento abertos de renda fixa ou renda variável (investimento no exterior via BDR), estão atualizadas pelo valor de mercado, tomando-se por base o valor nominal diário das cotas, que é precificado de acordo com metodologia do administrador e em consonância com as normas em vigor.

Dentre os ativos de renda fixa que constam da Carteira Própria da Fundação, os títulos públicos federais são marcados a mercado, de acordo com as normas em vigor, sendo que os preços são disponibilizados diariamente pela ANBIMA.

No caso dos títulos privados, Letras Financeiras somente, são marcados pela curva tendo sido comprovadas a intenção e a capacidade de manutenção desses títulos até o seu vencimento, respeitados os compromissos financeiros do Plano de Benefícios (Resolução CGPC 4/2002). A metodologia adotada encontra-se no Caderno de Fórmulas (CDBs, Dis, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IECL e RDB) da CETIP S/A.

De acordo com a Resolução CGPC 4/2002, em seu artigo 8º, “É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações contábeis, de informações que abranjam, no mínimo, os seguintes aspectos relativos a cada categoria de classificação:

- I - O montante, a natureza e as faixas de vencimento;*
- II - Os valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores;*
- III - O montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação.*

Parágrafo único. No caso de entidades fechadas de previdência complementar que adotem a segregação real dos ativos por plano de benefícios, modelo multifundo, o disposto neste artigo deverá ser realizado por plano de benefícios.”

Nesse sentido, apresentamos, abaixo, o detalhamento dos ativos que compõem a Carteira Própria da Fundação:

ATIVO	VENCIMENTO	EMISSOR	VALOR FINANCEIRO DE AQUISIÇÃO (R\$ mil)	VALOR FINANCEIRO EM 31/12/2015 (R\$ mil)	CRITÉRIO*
LTN	01/10/2016	Tesouro Nacional	2.657	2.690	MTM
NTN-B	15/08/2016	Tesouro Nacional	5.458	5.668	MTM
NTN-B	15/05/2017	Tesouro Nacional	2.744	2.780	MTM
Letra Financeira	16/11/2017	Banco Bradesco	1.000	1.024	MTC
Letra Financeira	27/04/2018	Banco Bradesco	1.400	1.426	MTC

* MTM - marcação a mercado

* MTC - marcação na curva

INVESTIMENTOS

RESULTADOS E INDICADORES

SALDOS FINANCEIROS

Em R\$ mil

DATA	PB	PGA	TOTAL
Dez/13	24	26.104	26.128
Dez/14	5.520	23.253	28.772
Mar/15	9.161	22.827	31.988
Jun/15	13.624	21.228	34.852
Set/15	19.707	20.238	39.946
Dez/15	29.314	19.146	48.461

RENTABILIDADE

	2015												ACUMULADO	
	2014	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV		DEZ
PB *	10,05%	1,51%	0,97%	0,94%	0,96%	1,04%	1,02%	1,34%	0,96%	0,43%	1,35%	0,99%	1,33%	13,60%
PGA*	10,52%	1,10%	0,88%	1,03%	0,89%	1,08%	1,02%	1,28%	0,87%	1,06%	1,30%	0,97%	1,29%	13,54%
BENCHMARK PB *	10,34%	1,64%	1,56%	1,74%	1,09%	1,12%	1,19%	1,05%	0,60%	0,92%	1,20%	1,38%	1,38%	15,89%
BENCHMARK PGA *	10,52%	1,08%	0,87%	1,02%	0,86%	1,07%	1,00%	1,25%	0,85%	1,04%	1,29%	0,96%	1,28%	13,31%
CDI	10,81%	0,93%	0,82%	1,04%	0,95%	0,98%	1,07%	1,18%	1,11%	1,11%	1,11%	1,06%	1,16%	13,24%
Poupança	7,08%	0,59%	0,52%	0,63%	0,61%	0,62%	0,68%	0,73%	0,69%	0,69%	0,68%	0,63%	0,73%	8,07%
IPCA	6,41%	1,24%	1,22%	1,32%	0,71%	0,74%	0,79%	0,62%	0,22%	0,54%	0,82%	1,01%	0,96%	10,67%
PB Real **	3,43%	0,26%	-0,25%	-0,38%	0,25%	0,30%	0,22%	0,71%	0,74%	-0,11%	0,53%	-0,02%	0,37%	2,65%
PGA Real **	3,86%	-0,14%	-0,34%	-0,29%	0,18%	0,34%	0,23%	0,66%	0,65%	0,52%	0,48%	-0,04%	0,33%	2,59%

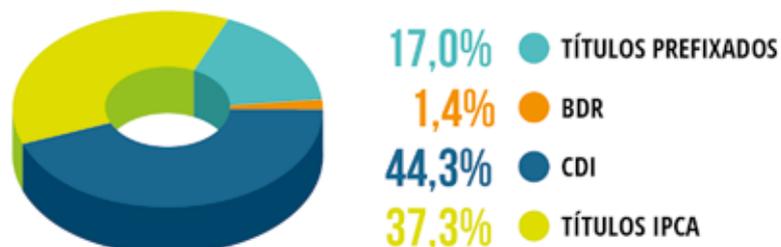
Benchmark Plano de Benefícios (PB): IPCA + 5% ao ano, deduzidos os custos dos investimentos

Benchmark Plano de Gestão Administrativa (PGA): 85% CDI + 15% IMA-B5, deduzidos os custos dos investimentos

* Rentabilidade Nominal Líquida = Rentabilidade Nominal, deduzidos os custos dos investimentos

** Rentabilidade Real Líquida = Rentabilidade Nominal Líquida, deduzido o IPCA

COMPOSIÇÃO PB



DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA

PLANO DE BENEFÍCIOS

DATA	RENTABILIDADE NOMINAL LÍQUIDA		DNP Mensal (PB- Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PB	BENCHMARK		
Jan/15	1,506%	1,638%	-0,131%	0,115%
Fev/15	0,970%	1,561%	-0,591%	0,196%
Mar/15	0,938%	1,737%	-0,798%	0,281%
Abr/15	0,961%	1,087%	-0,116%	0,278%
Mai/15	1,039%	1,117%	-0,079%	0,279%
Jun/15	1,015%	1,187%	-0,171%	0,278%
Jul/15	1,336%	1,050%	0,286%	0,305%
Ago/15	0,959%	0,601%	0,358%	0,333%
Set/15	0,430%	0,916%	-0,486%	0,334%
Out/15	1,353%	1,195%	0,157%	0,346%
Nov/15	0,988%	1,383%	-0,396%	0,350%
Dez/15	1,332%	1,375%	-0,043%	0,350%
2015	13,60%	15,89%	-2,29%	---

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DATA	RENTABILIDADE NOMINAL LÍQUIDA		DNP Mensal (PB- Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PGA	BENCHMARK		
Jan/15	1,102%	1,081%	0,021%	0,013%
Fev/15	0,878%	0,865%	0,014%	0,014%
Mar/15	1,026%	1,018%	0,008%	0,013%
Abr/15	0,887%	0,859%	0,028%	0,014%
Mai/15	1,082%	1,065%	0,018%	0,013%
Jun/15	1,020%	1,002%	0,018%	0,012%
Jul/15	1,280%	1,246%	0,035%	0,011%
Ago/15	0,869%	0,849%	0,019%	0,011%
Set/15	1,060%	1,041%	0,019%	0,010%
Out/15	1,304%	1,294%	0,010%	0,009%
Nov/15	0,966%	0,959%	0,007%	0,009%
Dez/15	1,292%	1,284%	0,008%	0,009%
2015	13,54%	13,31%	0,23%	---

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

INVESTIMENTOS

COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS EM 2015

O Plano de Benefícios iniciou o ano de 2015 com a mesma alocação verificada ao final de 2014, aproximadamente 53% em IRF-M1 e 47% em IMA-B5 (100% no segmento Renda Fixa).

Tendo em vista a estratégia adotada ao longo de 2015, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios finalizou o período com aproximadamente 98,6% dos recursos em Renda Fixa e 1,4% em investimento no exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa é de 44,4% em CDI, 37,3% em IPCA (19,3% NTN-B Ago/2016, 9,5% NTN-B Mai/2017, 4,9% LF BBDC Abr/18, 3,5% LF BBDC Nov/17, 0,1% IMA-B5) e 17,0% em Prefixados (9,2% LTN Out/16, 7,7% IRF-M1, 0,1% IRF-M1+).

No acumulado de 2015, a rentabilidade nominal líquida alcançada pelo Plano de Benefícios foi de 13,60% ante 13,24% do CDI e 15,89% do *benchmark* do PB no mesmo período. Já a rentabilidade real líquida ficou em 2,65%, tendo em vista que o IPCA alcançou 10,67% no período analisado.

Basicamente, o não atingimento da meta estabelecida (Rentabilidade Nominal de 15,89% e Rentabilidade Real de 4,72%¹) decorreu da expressiva elevação da inflação em 2015. A título de comparação, ao fi-

nal de 2014, a expectativa para o IPCA para 2015 encontrava-se em 6,56% (Boletim Focus do Banco Central). Nesse sentido, a meta de rentabilidade líquida esperada para o ano em questão era de 11,62%.

Porém, o IPCA de 2015 atingiu o patamar de 10,67%, ou seja, 4,11 pontos percentuais acima daquele com que se trabalhava no início do ano em análise. Por outro lado, a rentabilidade líquida obtida na gestão dos investimentos do Plano de Benefícios alcançou 13,60%, ou seja, 1,98 ponto percentual acima da meta inicialmente estimada.

Resumidamente, embora o resultado final de 2015 obtido pelo Plano de Benefícios tenha sido bastante superior à meta inicial esperada, a “surpresa inflacionária” de 2015 foi ainda maior, fazendo com que os investimentos do PB tenham atingido apenas 86,5% do *benchmark*. Em relação ao CDI, o resultado foi de 102,6%.

Já no caso do PGA, no acumulado de 2015, a rentabilidade nominal líquida alcançada pelo PGA foi de 13,54% ante 13,24% do CDI e 13,31% do *benchmark* do PGA. Já a rentabilidade real líquida ficou em 2,59%. O resultado do PGA foi equivalente a 101,6% do seu *benchmark* e a 102,1% do CDI.

¹ IPCA + 5,00% deduzindo-se os custos dos investimentos









RECEITAS E DESPESAS

ADMINISTRATIVAS

RECEITAS E DESPESAS

ADMINISTRATIVAS

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A programação orçamentária para 2015 apresentou avanços e resultou na elaboração e aprovação do primeiro Caderno da Proposta Orçamentária organizado por previsão das fontes de custeio e das despesas por plano interno para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) e Plano de Benefícios (PB). Nesse documento é possível identificar o orçamento como suporte à governança e à estruturação da Fundação, impulsionando a execução de seu planejamento estratégico por meio de projetos que fomentem o alcance das metas adotadas para o ano.

As Despesas Administrativas foram orçadas em R\$ 9.252 MM e, deste montante, foram efetivamente realizados R\$ 8.397 MM, resultando em uma economia real na ordem de R\$ 855 mil ou 9,2% do orçamento para o ano. Grande parte dessa economia (R\$ 621 mil) foi resultado da implementação de ações ao encontro do estudo de redução das despesas elaborado pela Diretoria de Administração aprovado pelo Conselho Deliberativo, em abril de 2015, com engajamento da folha de pagamento, substituição do antigo software de gestão e gestão de contratos com terceiros.

Receitas e Despesas Administrativas

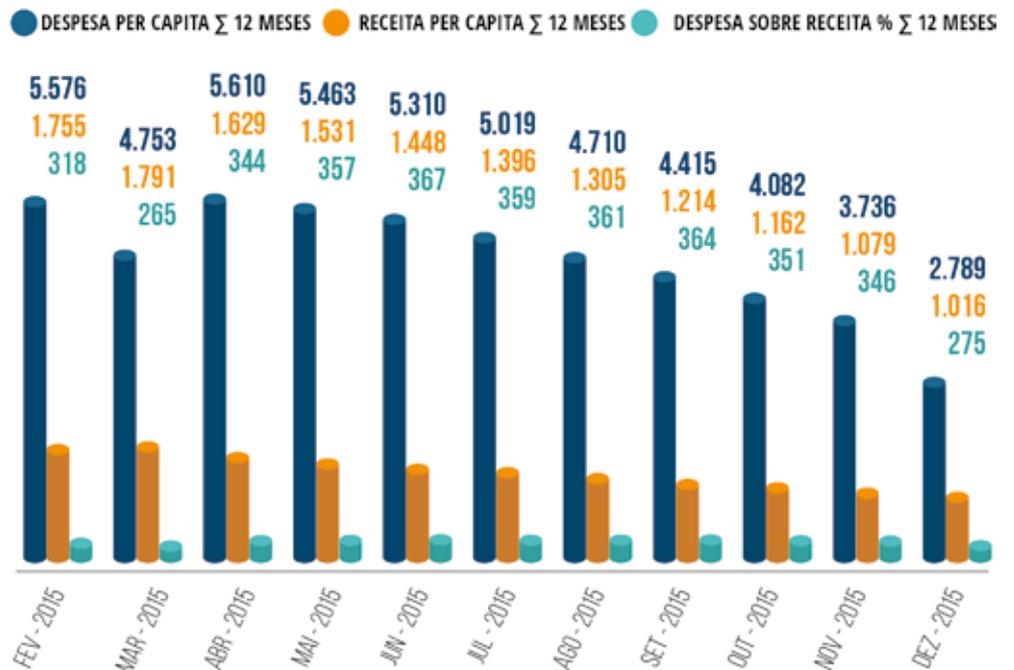
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	(R\$ Mil)	INDICADORES DE GESTÃO (12 meses)	
Participantes (A) - Un.	4.092		
Taxa de Carregamento (B)	1.428		
Despesas de Funcionamento (C)	8.397		
Pessoal e Encargos (C1)	5.779		
Treinamentos/congressos (C2)	64		
Viagens e estadias (C3)	53		
Serviços de terceiros (C4)	855		
Despesas gerais (C5)	698		
Depreciação e amortização (C6)	113		
Tributos (C7)	835		
Outras Despesas (C8)	5.779		
Despesa Financeira (D)	3.014		
Despesas Administrativas (E=C+D)	11.411		
Receitas Financeiras (F)	2.728		
		TEMA RECEITAS	
		I1 = (B/A)	
		Arrecadação <i>per capita</i> (R\$)	348,94
		I2 =(B+F/A)	
		Receita <i>per capita</i>	1.015,76
		TEMA DESPESAS	
		I3 = (C/A)	
		Despesa <i>per capita</i> (R\$)	2.052,03
		INCLUI DESPESA FINANCEIRA	
		I4 = (E/A)	
		Despesa <i>per capita</i> (R\$)	2.788,61
		I5 = (E/(B+F))	
		Despesa sobre receita (%)	275

Fonte: Balançetes de dezembro de 2015

A Funpresp-Jud registrou 2.687 novas adesões em 2015 e alcançou 4.092 participantes, favorecendo a redução com viés de baixa da **despesa per capita** para R\$ 2.789 no final de 2015 ante R\$ 5.848 do fim de 2014, o que representa uma redução superior a 52%.

O indicador de **arrecadação per capita**, que identifica o montante de custeio médio arrecadado por participante ao longo do ano, elevou-se, partindo de R\$ 259,07 em 2014 para R\$ 348,94 neste ano, registrando um crescimento na ordem de 35%. O indicador **receita per capita** apresentou redução de R\$ 2.078,87 para R\$ 1.015,76, uma vez que ele considera o fluxo de investimento proveniente das rentabilidades das reservas aplicadas do PGA, que não acompanham o crescimento do número de participantes.

Finalmente, o indicador **despesa sobre receita**, que afere o equilíbrio entre despesas e receitas administrativas da Funpresp-Jud, reduziu de 281% para 275%, mas ainda está muito acima do *break-even* em que o indicador deverá registrar 100%.



Fonte: Balancetes de dezembro de 2015

FRR - 000267

2	Rischio	3
	MEDIO	3
	MEDIO	3
	BASSO	2
	BASSO	2
	BASSO	2

ent CB - 000268

ste sett Incasso Sett.

€ 3.33
€ 2.15
€ 1.53
€ 3.03
€ 2.75
€ 16.00
€ 1.69

9.60
0.75
.55
5

PIANTA PIANO PRIMO

DEMONSTRAZIONI CONTABILI

						60	€ 5.65
							€ 10.15
						64	€ 5.35
						71	€ 2.83
							€ 24,58
						65	€ 2.85
						7	€ 4.46
						7	€ 2.15
						10	€ 3.09
						31	€ 12,55
						12	€ 5.8
		080	170			58	€ 6,60
		5.120	171			8	€ 10,95
		4.480	172			12	€ 12,28
		4.610	172			10	€ 29,83
						42	€ 5,1
						54	€ 11,6
						6	€ 9,86
						5	€ 11,68
						5	€ 15,5
						8	€ 10,1
		5.300	189			12	€ 4,69
		18.600	193			10	€ 8,54
		18.350	193			10	
		18.100	196			8	

23/06/2013 19.700
 20/07/2013 18.350
 14/07/2013 18.600
 21/07/2013 18.350
 28/07/2013 18.100

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota Explicativa	2015	2014		Nota Explicativa	2015	2014
Disponível		-	33	Exigível operacional	9	19.357	23.303
				Gestão previdencial		8	-
Realizável	6	48.547	28.819	Gestão administrativa		19.328	23.303
Gestão previdencial		-	32	Investimentos		20	-
Gestão administrativa	6.2	66	47	Patrimônio social	11	29.364	5.549
Investimentos	7	48.481	28.740	Patrimônio de cobertura do plano		29.190	5.549
Títulos públicos		11.138	-	Provisões matemáticas		29.190	5.549
Créditos privados e depósitos		2.450	-	Benefícios a conceder		29.190	5.549
Fundos de investimentos		34.893	28.740	Fundos	12	174	-
Permanente	8	174	-	Fundo administrativo		174	-
Imobilizado		174	-				
Total do Ativo		48.720	28.852	Total do Ativo		48.720	28.852

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DMPS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO			
	Nota Explicativa	2015	2014	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício		5.549	401	1.284
1. Adições		35.232	14.025	151
(+) Contribuições Previdenciais		21.803	5.375	306
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		1.844	150	1.129
(+) Receitas Administrativas		8.856	5.933	49
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa		2.729	2.567	6
2. Destinações	13	(11.417)	(8.877)	29
(-) Benefícios		(6)	-	-
(-) Despesas Administrativas		(11.411)	(8.877)	29
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		23.815	5.148	363
(+/-) Provisões Matemáticas		23.641	5.525	328
(+/-) Fundos Administrativos		174	(377)	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)		29.364	5.549	429

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DMAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		
	2015	2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	5.549	24	23.021
1. Adições	25.075	5.889	326
(+) Contribuições	23.231	5.739	305
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.844	150	1.129
2. Destinações	(1.434)	(364)	294
(-) Benefícios	(6)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(1.428)	(364)	292
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(23.641)	5.525	328
(+/-) Provisões Matemáticas	(23.641)	5.525	328
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	29.190	5.549	426
C) Fundos não previdenciais	174	-	-
(+/-) Fundos Administrativos	174	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		
	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	29.488	5.551	431
Disponível	-	30	-
Recebível	174	34	412
Investimento	29.314	5.487	434
Títulos Públicos	11.138	-	-
Créditos Privados e Depósitos	2.449	-	-
Fundos de Investimento	15.727	5.487	187
2. Obrigações	124	-	-
Operacional	124	-	-
3. Fundos não previdenciais	174	-	-
Fundos Administrativos	174	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3)	29.190	5.551	426
Provisões Matemáticas	29.190	5.549	426

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PGA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO			
	Nota Explicativa	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		-	377	-
1. Custeio da Gestão Administrativa		11.585	8.500	36
1.1. Receitas		11.585	8.500	36
Custeio administrativo da gestão previdencial		1.428	364	292
Resultado positivo dos investimentos		2.729	2.567	6
Outras receitas		7.428	5.569	33
2. Despesas administrativas		11.411	8.877	29
2.1. Administração previdencial		11.411	8.877	29
Pessoal e encargos		5.779	5.974	-3
Treinamentos/congressos seminários		64	47	36
Viagens e estadias		53	24	121
Serviços de terceiros		855	445	92
Despesas gerais		698	316	121
Depreciação e amortização		113	-	-
Tributos		835	-	-
Outras despesas	9(f)	3.014	2.071	46
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)		174	(377)	-
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)		174	(377)	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)		174	0	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DPT

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		
	2015	2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 4)	29.314	5.551	428
1. Provisões matemáticas	29.190	5.549	426
1.1. Benefícios a conceder	29.190	5.549	426
Contribuição definida	25.045	4.754	427
Saldo de contas -parcela patrocinadores	10.450	2.019	418
Saldo de contas -parcela participantes	14.595	2.735	434
Benefício definido	4.145	795	421
4. Exigível operacional	124	2	6.100
4.1. Gestão Previdencial	124	2	6.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - Funpresp-Jud é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo criada pela Resolução STF 496, de 26/10/2012, com base na Lei 12.618, de 30/04/2012. Possui a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, Ministério Público da União - MPU, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

A Fundação possui estrutura organizacional composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva com a missão de proporcionar ao participante o melhor benefício previdenciário, por meio da otimização dos recursos investidos, respeitados níveis prudentes de risco, de forma responsável, ética e transparente.

A Fundação iniciou suas operações em 14 de outubro de 2013 (data da aprovação do regulamento do Plano de Benefícios), sendo que a partir desta data os membros e servidores titulares de cargos efetivos que entrarem em exercício terão suas aposentadorias limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e deverão participar de um plano de benefício complementar para obter uma renda superior a esse valor. Para tanto, a União, na qualidade de patrocinadora, contribuirá paritariamente até o limite de 8,5% sobre a parcela da remuneração que ultrapassar o teto do RGPS. Em 31 de dezembro de 2015 a Funpresp-Jud possuía 4.092 (quatro mil e noventa e dois) participantes ativos.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) é facultativo e visa assegurar o melhor retorno possível no investimento dos recursos destinados à complementação das aposentadorias e pensões. O principal objetivo é a constituição de reservas que garantam o benefício contratado, conforme art. 202 da Constituição Federal de 1988.

As EFPC são regulamentadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Esses dois órgãos são vinculados ao Ministério da Previdência Social.

A Fundação está sediada em Brasília-DF, na SCLRN 702/703 - Bloco B - Térreo - Lojas 40 e 50 - Edifício Benvenuto - Asa Norte.

2. PLANO ADMINISTRADO

A Funpresp-Jud administra um único plano previdenciário, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 2013.0017-38, denominado JusMP-Prev.

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades referentes à Gestão Administrativa, na forma de seu regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A Fundação goza de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme artigo 5º da Lei 11.053/2004 e Instrução Normativa SRF 588/2005, e está sujeita à tributação do PIS e da CO-FINS no regime cumulativo, nos termos da Lei 9.718/1998.

O Plano de Benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD tem os seguintes patrocinadores:

- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
- TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
- CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
- SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARAÍBA
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PERNAMBUCO
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO SERGIPE
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO GOIÁS
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
- MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Podem ser participantes do Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Jud todos os membros e servidores efetivos dos órgãos listados acima que aderiram ou foram inscritos por meio da adesão automática, conforme disposto na Lei 12.618/2012, Lei 13.183/2015 e regulamento do Plano JusMP-Prev.

Quantidade de participantes ativos em 31/12/2015 e 31/12/2014, por sexo e tipo de participante.

PARTICIPANTE	DEZEMBRO 2015		DEZEMBRO 2014	
	M	F	M	F
Patrocinado	1.976	2.018	707	674
Vinculado	73	25	22	2
Total por Sexo	2.049	2.043	729	676
Total Geral	4.092		1.405	

A Funpresp-Jud não possui participantes Assistidos ou Beneficiários em gozo de benefício concedido pelo Plano de Benefícios.

O exercício 2015 foi encerrado com o atingimento da meta de 4.000 (quatro mil) participantes prevista no estudo do ponto de equilíbrio, elaborado pela Funpresp-Jud para acompanhamento das condições estabelecidas no protocolo de compromisso firmado com o Supremo Tribunal Federal e com o Ministério Público da União.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis específicas do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Previdência Social (MPS), e quando aplicável, as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração de contabilidade individualizada por plano de benefícios, representando as demonstrações consolidadas e a consolidação do balanço da Funpresp-Jud, observou a Resolução CNPC 8/2011 e a Instrução MPS 34/2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC 21/2015 e pela Instrução MTPS/PREVIC 25/2015, e registrou a soma dos saldos das contas do Plano JusMP-Prev e do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Por serem as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) um segmento econômico específico, a contabilidade está suportada por um plano de contas e pelas demonstrações contábeis especiais, descritos na Resolução CNPC 8/2011, alterada pela Resolução CNPC 12/2013, e Resolução CNPC 16/2014, sendo complementada pela Instrução MPS/SPC 34/2009. Esta última estabelece os procedimentos que deverão ser observados, bem como a função e o funciona-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

mento das contas. São observados, ainda, os Princípios de Contabilidade (PC), conforme Resolução CFC 750/1993, alterada pela Resolução CFC 1.282/2010, além dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis a esse segmento econômico.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais.

De acordo com as normas específicas são apresentadas as seguintes demonstrações, com a finalidade de evidenciar:

3.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial destina-se a evidenciar a posição patrimonial da Fundação em moeda corrente das respectivas datas. As contas estão segregadas no Ativo em Disponível, Realizável e Permanente, e no Passivo em Exigível Operacional, Contingencial e Patrimônio Social.

Essa demonstração não requer a apresentação segregada de Ativo e Passivo Circulante e de Longo Prazo.

3.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)   uma demonstração consolidada e destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no patrimônio social do conjunto de planos de benefícios administrados pela Funda o. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- (a) saldo do patrimônio social no início do exercício;
- (b) adições do patrimônio social;
- (c) destinações do patrimônio social;
- (d) acréscimos e decréscimos do patrimônio social;
- (e) operações transitórias do patrimônio social;
- (f) saldo do patrimônio social no final do exercício.

3.3. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se a evidenciar a composição dos fatos que provocaram as alterações

ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios, bem como possibilita avaliar a evolução desses fatos e do próprio ativo líquido. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- (a) saldo do ativo líquido no início do exercício;
- (b) adições do ativo líquido;
- (c) destinações do ativo líquido;
- (d) acréscimos e decréscimos do ativo líquido;
- (e) operações transitórias;
- (f) saldo do ativo líquido no final do exercício; e
- (g) valores dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos.

3.4. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

O ativo líquido de um plano de benefícios é o valor resultante da subtração de ativo total pelo passivo e fundos não previdenciais. Sua apuração tem como objetivo possibilitar a avaliação do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões [reservas] matemáticas e fundos previdenciais.

A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar esse grau de cobertura e a evolução dos componentes patrimoniais do plano de benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- (a) saldos dos grupos de contas do ativo;
- (b) saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial, sempre que aplicável);
- (c) saldos dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos;
- (d) resultado a realizar;
- (e) saldo do ativo líquido no final do exercício; e
- (f) informações complementares.

As informações complementares destinam-se à apuração do equilíbrio técnico ajustado e foram instituídas pela Resolução CNPC 16/2014. Tais informações não são aplicáveis à Funpresp-Jud.

3.5. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada destina-se a evidenciar a composição dos fatos que provocaram as alterações ocorri-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

das nos fundos administrativos do PGA, bem como possibilita avaliar a evolução desses fatos e dos referidos fundos. Nela estão representadas todas as contas que compõem a atividade administrativa da EFPC.

Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- (a) fundo administrativo do exercício anterior;
- (b) receitas administrativas do exercício;
- (c) despesas administrativas, segregadas por administrações previdencial, de investimentos, assistencial e outras do exercício;
- (d) resultado negativo dos investimentos;
- (e) sobras ou insuficiência da gestão administrativa;
- (f) constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício;
- (g) operações transitórias;
- (h) fundo administrativo do exercício atual.

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios não foi elaborada devido ao fato de a Fundação possuir apenas um plano de benefícios previdenciário.

3.6. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

A Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) destina-se a evidenciar a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios. Essa demonstração visa detalhar os compromissos do plano de benefícios com seus participantes e assistidos representados pelas provisões (reservas) matemáticas, a insuficiência ou o excesso de recursos representados pelo equilíbrio técnico, o saldo dos fundos previdenciais e dos investimentos, bem como as obrigações operacionais e contingenciais. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- (a) saldo das provisões técnicas do plano de benefícios no exercício atual e no exercício anterior;
- (b) saldos detalhados das provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir nos dois exercícios;
- (c) saldos detalhados do equilíbrio técnico, em resultados realizados e resultados a realizar no exercício atual e exercício anterior;
- (d) saldos dos fundos previdenciais e de investimentos nos dois exercícios; e
- (e) saldos das obrigações operacionais e contingenciais nos dois exercícios.

4. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

4.1. Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são responsabilidade da administração e a escrituração contábil de todas as operações obedece à planificação de contas-padrão em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar. Por meio da Resolução MPS/CNPC 8/2011 e da Instrução PREVIC 34/2009, e suas respectivas alterações, foram aprovados a planificação-padrão contábil, a função e o funcionamento das contas, os modelos e as instruções de preenchimento das demonstrações contábeis e as normas de procedimentos contábeis.

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem a avaliação da carteira de investimentos e os cálculos atuariais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando a um acompanhamento permanente dessas estimativas a Fundação revisa, conforme o caso, as metodologias e as premissas pelo menos anualmente.

4.2. Resultado das operações

Os resultados do Plano JusMP-Prev e do PGA são apurados mensalmente de acordo com o princípio contábil da competência.

De acordo com o art. 20 da Lei Complementar 109/2001, o Superávit Técnico apurado é destinado à formação de Reserva de Contingência, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas. Ultrapassado esse limite, a parcela excedente deverá ser destinada e contabilizada em "Reserva para Revisão de Plano", podendo ser utilizada nos termos dos parágrafos do artigo supracitado e da Resolução MPS/CGPC 26/2008. O superávit, ou o déficit técnico, é demonstrado pela sua totalidade, sem distinção dos valores apurados no exercício.

Contudo, em função do Plano de Benefícios JusMP-Prev ser estruturado na modalidade contribuição definida, o Plano não apresenta resultado superavitário ou deficitário.

4.3. Ativo Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e bancos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

4.4. Ativo Realizável

O grupo realizável nas Gestões Previdencial e Administrativa registra os direitos normais dessas atividades e no investimento registra todas as aplicações de recursos em nome da Fundação, bem como os acréscimos ou decréscimos decorrentes de valorizações ou desvalorizações de tais operações, sem distinção de prazos de aplicação.

4.4.1. Gestão Previdencial

A Gestão Previdencial representa a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

4.4.2. Gestão Administrativa

A Gestão Administrativa representa a atividade de registro e de controle inerente à administração do plano de benefícios. O realizável administrativo está apresentado pelo valor de realização e inclui, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

4.4.3. Gestão dos Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução CMN 3.792/2009, alterada pela Resolução CMN 4.275/2013 e pela Resolução CMN 4.449/2015, e pela Instrução Normativa PREVIC 2/2010, que estabelece a forma de elaboração e divulgação do Demonstrativo de Investimentos, o qual apresenta a composição analítica dos ativos das carteiras próprias e fundos dos quais a EFPC seja direta ou indiretamente co-tista, cujo resumo compõe o Relatório Anual de Informações encaminhado aos participantes e assistidos.

O plano de contas das EFPC classifica os investimentos em títulos e valores mobiliários de acordo com os emissores desses ativos, ou seja, Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos, diferentemente da Resolução MPAS/CGPC 4/2002, que os classifica por modalidade em Renda Fixa e Renda Variável.

4.5. Exigível Operacional

O grupo passivo exigível operacional é subdividido por segmentos operacionais: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos. Esse grupo registra as obrigações decorrentes das operações dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa, sempre que aplicável.

4.6. Patrimônio Social

4.6.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

4.6.1.1. Provisões Matemáticas

Determinadas como o valor atual dos compromissos do plano e por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida (CD) correspondem ao saldo de contas em nome do participante e do Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários (FCBE).

Conforme o art. 22 da Lei Complementar 109/2001, foi realizada avaliação atuarial para o Plano JusMP-Prev por atuário interno legalmente habilitado e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

4.6.1.2. Equilíbrio Técnico

Registra o excedente ou a necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios.

4.7. Fundos

São constituídos para a cobertura de despesas administrativas e de investimentos, bem como para garantir as oscilações dos benefícios de risco, alocar recursos destinados a futuras alterações de planos, ou qualquer fim específico definido em Nota Técnica e observada a legislação vigente.

Em 31 de dezembro de 2015, a Fundação não possui fundos previdenciais constituídos contabilmente.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

5. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Os recursos necessários à cobertura das despesas com a administração dos Planos de Benefícios são formados pelo repasse ao PGA pelo plano de benefício previdencial, bem como pelo rendimento do recurso do fundo administrativo.

O custeio do PGA tem como fonte de recursos:

- (a) Transferências da Gestão Previdencial de até 7% ao mês, fixado atuarialmente, sobre as contribuições;
- (b) Os rendimentos auferidos com as aplicações financeiras do estoque de recursos acumulados pelo PGA, principalmente os recursos adiantados pelos patrocinadores que estão aplicados em fundos de investimentos financeiros; e
- (c) Recursos originários do Empréstimo recebido dos Patrocinadores quando da constituição da Fundação.

6. REALIZÁVEL

6.1. Gestão previdencial

Constitui-se de recursos a receber relativos às contribuições para o plano de benefícios. Em 31 de dezembro de 2015, a Funpresp-Jud não apresentava saldo relativo a contribuições a receber para o Plano de Benefícios

Não há provisões para créditos de liquidação duvidosa.

6.2. Gestão administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Entidade. Em 31 de dezembro de 2015, apresentava o saldo de R\$ 66 mil:

PARTICIPANTE	Em R\$ mil	
	2015	2014
Contribuições para Custeio a Receber	-	1
Tributos a Compensar (a)	15	46
Despesas Antecipadas (b)	51	-
Total Geral	66	47

(a) Do valor total de Tributos a Compensar, R\$ 10.715,61 se referem a valor a receber decorrente da retenção indevida de imposto de renda pelo Banco do Brasil em 2013, e R\$ 4.580,43 relativos a valores de PIS e COFINS a receber da Receita Federal do Brasil.

(b) O valor das Despesas Antecipadas é referente ao adiantamento de aluguel da sede da Fundação.

7. INVESTIMENTOS

Representam o montante consolidado da carteira de investimentos, conforme segue:

		2015			2014			Em R\$ mil
DESCRIÇÃO		PGA	PLANO	TOTAL	PGA	PLANO	TOTAL	
	Conta Corrente	-	-	-	-	33	33	
	BB Institucional Fundo de Investimento RF	5.124	10.816	15.941	3.722	11	3.733	
Banco do Brasil	BB Previdenciário RF IRF-M1 Títulos Públicos	5	2.157	2.162	6.309	892	7.201	
	BB Previdenciário RF IMA-B5 LP FIC	2.884	22	2.906	-	2.528	2.528	
	BB ações BDR Nível 1	-	416	416				
	Subtotal Banco do Brasil	8.013	13.412	21.425	10.031	3.464	13.495	
Caixa Econômica Federal	Caixa Brasil Referenciado DI Longo Prazo	11.138	2.189	13.326	13.222	2.056	15.278	
	FI Brasil IRF-M1 Títulos Públicos RF	15	105	120	-	-	-	
	FI Brasil IRF-M1 + Títulos Públicos RF	-	21	21	-	-	-	
	Subtotal CAIXA	11.153	2.315	13.468	13.222	2.056	15.278	
Títulos Públicos	Letra do Tesouro Nacional	-	2.690	2.690	-	-	-	
	Nota do Tesouro Nacional	-	8.448	8.448	-	-	-	
	Subtotal Títulos Públicos		11.138	11.138				
Créditos Privados	Letra Financeira	-	2.450	2.450	-	-	-	
	Subtotal Letra Financeira		2.450	2.450				
	Total Geral	19.166	29.314	48.481	23.253	5.520	28.772	

Fonte: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Funpresp-Jud

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

Os recursos dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) são oriundos do aporte a título de adiantamento de contribuições futuras previstos na Lei 12.618/2012, enquanto os investimentos do Plano de Benefícios (PB) são originários das contribuições dos participantes e patrocinadores da Fundação, bem como de portabilidades recebidas.

As aplicações terceirizadas, fundos de investimento abertos de renda fixa ou renda variável (investimento no exterior via BDR), estão atualizadas pelo valor de mercado, tomando-se por base o valor nominal diário das cotas, que é precificado de acordo com metodologia do administrador e em consonância com as normas em vigor.

Dentre os ativos de renda fixa que constam da Carteira Própria da Fundação, os títulos públicos federais são marcados a mercado, de acordo com as normas em vigor, sendo que os preços são disponibilizados diariamente pela ANBIMA.

No caso dos títulos privados, Letras Financeiras somente, são marcados pela curva tendo sido comprovadas a intenção e a capacidade de manutenção desses títulos até o seu vencimento, respeitados os compromissos financeiros do Plano de Benefícios (Resolução CGPC 4/2002). A metodologia adotada encontra-se no Caderno de Fórmulas (CDBs, Dis, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IECI e RDB) da CETIP S/A.

De acordo com a Resolução CGPC 4/2002, em seu artigo 8º, *“É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações contábeis, de informações que abrangam, no mínimo, os seguintes aspectos relativos a cada categoria de classificação:*

- I - O montante, a natureza e as faixas de vencimento;*
- II - Os valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores;*
- III - O montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação.*

Parágrafo único. No caso de entidades fechadas de previdência complementar que adotem a segregação real dos ativos por plano de benefícios, modelo multifundo, o disposto neste artigo deverá ser realizado por plano de benefícios.”

Nesse sentido, apresentamos, abaixo, o detalhamento dos ativos que compõem a Carteira Própria da Fundação:

ATIVO	VENCIMENTO	EMISSOR	VALOR FINANCEIRO DE AQUISIÇÃO (R\$ mil)	VALOR FINANCEIRO EM 31/12/2015 (R\$ mil)	CRITÉRIO*
LTN	01/10/2016	Tesouro Nacional	2.657	2.690	MTM
NTN-B	15/08/2016	Tesouro Nacional	5.458	5.668	MTM
NTN-B	15/05/2017	Tesouro Nacional	2.744	2.780	MTM
Letra Financeira	16/11/2017	Banco Bradesco	1.000	1.024	MTC
Letra Financeira	27/04/2018	Banco Bradesco	1.400	1.426	MTC

* MTM – marcação a mercado

* MTC – marcação na curva

Finalmente, informamos que não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação.

8. ATIVO PERMANENTE

Em 2015, foram registrados no Ativo Permanente os equipamentos recebidos em doação dos Patrocinadores. Os respectivos registros foram realizados após a conclusão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2015-2016. O valor da depreciação dos equipamentos foi calculado pela vida útil, conforme Instrução Normativa MPS/SPC 34/2009, de acordo com os prazos estabelecidos no laudo apresentado no estudo sobre bens de tecnologia da informação do ativo imobilizado, elaborado pela Funpresp-Jud.

DESCRIÇÃO	Em R\$ mil	
	2015	2014
Imobilizado	174	-
Total do Ativo Permanente	174	-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional representa as obrigações da Fundação, como se segue:

DESCRIÇÃO	Em R\$ mil	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
Outras Exigibilidades - Gestão Previdencial	8	0
Outras exigibilidades a pagar	8	0
Outras Exigibilidades - Gestão Administrativa	19.328	23
Pessoal e Encargos (a)	342	511
Serviço de Terceiros (b)	194	-
Despesas Gerais (c)	50	0
Retenções a Recolher (d)	82	125
Tributos a Recolher (e)	51	0
Outras Exigibilidades a Pagar	18.608	22.667
Adiantamento de Contribuições - Patrocinador (f)	31.250	28.236
(-) Custeio Efetivo do Plano (g)	(12.642)	(5.569)
Outras Exigibilidades - Gestão Investimentos	20	0
Outras (h)	20	0
Total do Exigível Operacional	19.357	23.303

(a) Refere-se aos valores provisionados de férias e auxílio-saúde.

(b) Refere-se aos valores empenhados e não pagos em dezembro de 2015 que serão saldados ao longo de 2016.

(c) Refere-se às aquisições de mobiliário em dezembro de 2015, cujos valores serão pagos ao longo de 2016.

(d) Refere-se aos valores de Imposto de Renda, INSS e FGTS de dezembro de 2015 que serão pagos em janeiro de 2016.

(e) Refere-se aos valores de PIS e COFINS de dezembro de 2015 que serão pagos em janeiro de 2016.

(f) Adiantamento de Contribuições - Patrocinador.

Com o objetivo de propiciar o início das operações e o regular funcionamento da Funpresp-Jud, o art. 25 da Lei 12.618/2012 autorizou, em caráter excepcional, no ato de criação dessas entidades, a União fazer aporte financeiro a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial, litteris:

“Art. 25. É a União autorizada, em caráter excepcional, no ato de criação das entidades fechadas de previdência complementar referidas no art. 4º, a promover aporte a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial, no valor de:

- I - Funpresp-Exe: até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);*
- II - Funpresp-Leg: até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais); e*
- III - Funpresp-Jud: até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)”*

Destaca-se que esse adiantamento de contribuições, previsto na Lei 12.618/2012, detém caráter de obrigação legal (passivo) para Funpresp-Jud, não sendo possível o seu registro como Dotação Inicial, conforme previsto na Resolução CGPC 29/2009.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 202, §3º, há vedação de aporte de recursos da União à entidade de previdência privada, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

Em 31 de dezembro de 2013, correspondia ao valor histórico do montante recebido pela Funpresp-Jud da União, a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial dessa entidade, conforme previsto na Lei 12.618/2012, que não previa critérios de devolução/compensação desse recurso, prazos para pagamento, juros e atualização. Assim, à época a Funpresp-Jud optou por não registrar qualquer atualização a título de juros e/ou correção monetária, tendo em vista a inexistência de estimativa confiável. Os valores dos aportes iniciais foram aportados na Funpresp-Jud de acordo com o crédito especial consignado no orçamento da União pela Lei 12.697/2013 aos patrocinadores, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

DESCRIÇÃO	Em R\$ mil
	R\$
Justiça do Trabalho	12.746
Justiça Federal	6.800
Justiça Eleitoral	3.852
Superior Tribunal de Justiça	934
Justiça Militar	336
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	331
Supremo Tribunal Federal	307
Conselho Nacional de Justiça	25
Ministério Público da União	723
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	111
Total*	26.165

*Recursos originalmente aportados, não contemplam a atualização monetária pelo IPCA

A partir de 2015, a Funpresp-Jud tem efetuado a correção do valor inicial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme previsto nos Protocolos de Compromisso firmados com o STF e o MPU. Abaixo apresentamos tabela demonstrando a atualização durante o ano:

DATA	CORREÇÃO IPCA	SALDO DEVEDOR	Em R\$ mil
			IPCA/IBGE
31/12/2014	-	28.237	
31/01/2015	350	28.587	1,24%
28/02/2015	349	28.935	1,22%
31/03/2015	382	29.317	1,32%
30/04/2015	208	29.526	0,71%
31/05/2015	218	29.744	0,74%
30/06/2015	235	29.979	0,79%
31/07/2015	186	30.165	0,62%
31/08/2015	66	30.231	0,22%
30/09/2015	163	30.394	0,54%
31/10/2015	249	30.644	0,82%
30/11/2015	310	30.953	1,01%
31/12/2015	297	31.250	0,96%
Total 2015	3.014	31.250	

A Fundação elaborou estudo de viabilidade quanto à capacidade do plano de benefícios de gerar receitas suficientes para cobrir suas respectivas despesas administrativas. O referido estudo prevê que a partir do exercício social de 2019 a Fundação comece a amortizar o referido adiantamento, caracterizado como empréstimo dos patrocinadores, por meio da compensação de contribuições administrativas.

(g) Custeio Efetivo do Plano

A conta retificadora do passivo operacional representa os valores que são utilizados da rubrica Empréstimo com o Patrocinador para cobertura das despesas administrativas mensais durante o período de captação de novos participantes, conforme estudo de viabilidade para atingimento do ponto de equilíbrio operacional pela Funpresp-Jud.

Os valores lançados nessa rubrica são reconhecidos mensalmente no resultado do PGA como necessidades de Receitas e apropriados em 2015.

Abaixo apresentamos a movimentação da rubrica outras exigibilidades:

SALDO ANTERIOR - 31/12/2014	28.237
(+) Atualização Monetária - IPCA	3.014
(-) Realização - Custeio PGA	12.642 (a)
(=) Saldo Final - 31/12/2015	18.608

(a) Valor acumulado até dezembro/2015

10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Em 31 de dezembro de 2015, a Fundação possui contencioso judicial referente a ações que têm por objeto o enquadramento do novo servidor no órgão patrocinador quando de sua entrada em exercício, não ensejando qualquer provisionamento contábil ou bloqueio judicial, tendo em vista tratar-se de questão afeta somente ao patrocinador, não havendo impactos financeiros para a Funpresp-Jud. Em todas as ações, a Funpresp-Jud tem arguído sua ilegitimidade passiva *ad causam*, tendo em vista não se imiscuir na questão do enquadramento deste novo servidor.

Em todas as ações relativas aos participantes da Funpresp-Jud, os valores das contribuições encontram-se registrados nas provisões matemáticas, sem riscos adicionais para a Fundação.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DE PLANO

11.1. Principais Premissas Atuariais

DESCRIÇÃO	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Geracional, por sexo	RP-2000 Geracional, por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas agravada em 20%	Álvaro Vindas agravada em 20%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Male	AT-49 Male
Hipóteses financeiras		
Taxa Real de Juros	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Na avaliação de 2015 adotou-se a tábua de mortalidade geral “RP-2000 Geracional”, segregada por sexo. Para tábua de entrada em invalidez adotou-se a tábua “Álvaro Vindas”, agravada em 20%.

A taxa real de juros adotada de 4% foi embasada na rentabilidade esperada dos investimentos para o longo prazo, conforme Política de Investimentos, e no fluxo futuro de receita de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme as normas vigentes.

11.2. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram apuradas por atuário interno devidamente habilitado. Os valores registrados nestas rubricas constam das Demonstrações Atuariais (DA), estando o parecer elaborado pelo atuário em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor, representando os compromissos demonstrados na página seguinte:

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014
Benefícios concedidos	-	-
Contribuição Definida	-	-
Benefício Estruturado em Regime Capitalização não Programado	-	-
Benefícios a conceder	29.190	5.549
Contribuição Definida	25.045	4.754
Benefício Estruturado em Regime Capitalização não Programado	4.145	795
Total das Provisões Matemáticas	29.190	5.549

12. FUNDOS

Em 2015, a Fundação registrou o total do ativo permanente relacionado aos bens doados (nota explicativa 8), logo o Fundo Administrativo representa o mesmo valor registrado no ativo permanente, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa MPS/SPC 34/2009 que determina:

“o saldo mínimo do Fundo Administrativo deve corresponder a, pelo menos, o valor do permanente”.

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014
Fundo Administrativo	174	-
Total dos Fundos	174	-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

13. PRINCIPAIS DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO

Abaixo os desdobramentos das principais receitas:

	Em R\$ mil	
RECEITAS	2015	2014
Receitas Correntes da Gestão Previdencial	1.428	364
Patrocinadoras	700	176
Participantes	718	188
Autopatrocinados	1	-
Remuneração de Contribuições em Atraso	8	-
Outras receitas (a)	7.428	5.569
Total das receitas	8.856	5.933

(a) Outras Receitas – valores referentes à receita antecipada proveniente da utilização dos recursos contratados junto aos patrocinadores. Tal procedimento será realizado até o momento em que as receitas operacionais da Fundação excederem as despesas administrativas, conforme previsto no estudo de viabilidade para atingimento do ponto de equilíbrio operacional, elaborado pela Funpresp-Jud. O início da compensação das receitas antecipadas está previsto para 2019 (ver Nota Explicativa 9, item g).

Abaixo os desdobramentos das principais despesas:

	Em R\$ mil	
DESPESAS	2015	2014
Gestão previdencial	11.411	8.217
Pessoal e encargos	5.779	5.332
Treinamentos/Congressos e Seminários	64	46
Viagens e estadias	53	24
Serviço de terceiros	855	445
Despesas gerais	698	298
Depreciações e amortizações	113	-
Tributos	835	-
Outras despesas*	3.014	2.072
Total de despesas	11.411	8.217

* Notas explicativas 9 (f)

14. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre o somatório das receitas administrativas da Entidade e o resultado das aplicações do fundo administrativo, conforme Instrução Normativa SRF 1.285/2012.

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei 11.153/2004.

A Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (TAFIC) é recolhida quadrimestralmente à Previc, até o dia 10 (dez) dos meses de janeiro, maio e setembro de cada ano, e calculada com base nos recursos garantidores do plano de benefícios, de acordo com a Instrução MPS/PREVIC 3/2012.

15. EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano JusMP-Prev e o PGA, foram realizados os seguintes lançamentos de consolidação:

Em R\$ mil

ATIVO	JusMP-PREV	PGA	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Disponível	-	-	-	-
Realizável	29.488	19.348	- 290	48.547
Gestão Administrativa	174	182	- 290	66
Investimentos	29.314	19.166	-	48.481
Títulos Públicos	11.138	-	-	11.138
Créditos Privados e Depósitos	2.450	-	-	2.450
Fundos de Investimento	15.727	19.166	-	34.893
Permanente	-	174	-	174
Imobilizado	-	174	-	174
Total do Ativo	29.488	19.522	- 290	48.720

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

PASSIVO	Em R\$ mil			
	JusMP-PREV	PGA	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Exigível Operacional	- 124	- 19.348	116	- 19.588
Gestão Previdencial	- 124	-	116	- 8
Gestão Administrativa	-	- 19.328	-	- 19.328
Investimentos	-	- 20	-	- 20
Patrimônio Social	- 29.190	-	-	- 29.190
Benefícios a Conceder	- 29.190	-	-	- 29.190
Fundos	- 174	- 174	174	- 521
Fundos Administrativos	- 174	- 174	174	- 174
Total do Passivo	- 29.488	- 19.522	290	- 48.720

A consolidação segue as normas estabelecidas pela Resolução CNPC 8/2011, alterada pela Resolução CNPC 12/2013, e complementada pela Instrução MPS/SPC 34/2009, e representa os saldos das contas do Plano de Benefícios e do PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, sempre que aplicáveis, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA", dentre outras.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Patrocinadora

Não existem transações com a patrocinadora, ativas ou passivas, que não estejam registradas nas demonstrações contábeis.

15.2. Remuneração da administração

A seguir, os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal da administração (Diretoria Executiva e órgãos colegiados) em conformidade com a Resolução CFC 1.297/2010:

DESCRIÇÃO	Em R\$ mil	
	2015	2014
Remuneração	2.233	2.276
Encargos Incidentes	5	0
Outros Benefícios	34	0
Total dos Fundos	2.272	2.276

16. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Em 23 de março de 2015, a PREVIC alterou os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa SPC 34/2009 por meio da Instrução MPS/PREVIC 21/2015, determinando novos procedimentos para o envio dos balancetes mensais, bem como os prazos para o envio dos demonstrativos anuais.

Em 17 de dezembro de 2015, a PREVIC alterou novamente a Instrução Normativa SPC 34/2009 por meio da Instrução MTPS/PREVIC 25/2015, no que tange a estrutura das demonstrações contábeis, bem como as instruções de preenchimento.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

17. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Funpresp-Jud, com o objetivo de identificar possíveis riscos e mitigá-los, iniciou em 2015 o processo de mapeamento e manualização dos seus processos. Foi finalizado o da Coordenadoria de Arrecadação e Cadastro (COARC), que culminou na Orientação Interna PRESI/GABIN 3/2015. As Coordenadorias de Investimentos e de Contabilidade concluirão esse trabalho em 2016, conforme Plano de Ação da Fundação.

No tocante ao princípio da transparência, a Diretoria Executiva apresentou o resultado de suas atividades e projetos mensalmente aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e prestou contas trimestralmente por meio de Relatórios de Atividades, sendo estes publicados no site institucional da Fundação.

Destaca-se ainda a publicação de todas as licitações, extratos de contrato e relatórios das áreas de contabilidade, orçamento, investimentos e demonstrativos atuariais no referido site.

Em novembro de 2015, o Conselho Deliberativo aprovou o Manual de Governança Corporativa o qual consolida as regras e os princípios que norteiam a Fundação, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre seus participantes, patrocinadores, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, empregados, colaboradores, auditoria independente, comitês, de forma a convergir as boas práticas de governança em recomendações objetivas, visando à defesa dos interesses da Entidade.

Outra importante ferramenta de gestão em discussão no final de 2015 foi a Política de Alçada Decisória da Funpresp-Jud, a qual estabelece responsabilidades, critérios e limites para as aprovações relacionadas à tomada de decisão. Essa Política passou a vigorar a partir de 20 de janeiro de 2016 com a aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Marcio Lima Medeiros

Diretor de Administração
CPF: 044.641.307-04

Elaine de Oliveira Castro

Diretora Presidente
CPF: 602.281.216-04

Sérgio Allan E. Cabral

Contador - CRC/DF 14.341/O
CPF: 830.407.901-10

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da **FUNPRESP-JUD - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO**

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNPRESP JUD - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário** ("Funpresp JUD", "Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC**, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro:

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNPRESP-JUD - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário** em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)**.

Ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 9, a Fundação iniciou as suas operações em 14 de outubro de 2013 (data da aprovação do regulamento do Plano de Benefícios). O estudo de viabilidade econômico-financeiro, elaborado sob responsabilidade da administração da Fundação, evidenciou que a capacidade de geração de receitas futuras para cobertura das respectivas despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa - PGA, bem como a capacidade de honrar com a obrigação assumida junto aos seus Patrocinadores, no montante de R\$31.250 mil, registrado no Exigível operacional na rubrica de adiantamento de Contribuições - Patrocinador, estão condicionadas, dentre outros fatores, ao sucesso na captação de novos Participantes por meio da adesão ao plano de benefícios administrado pela Fundação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este tema.

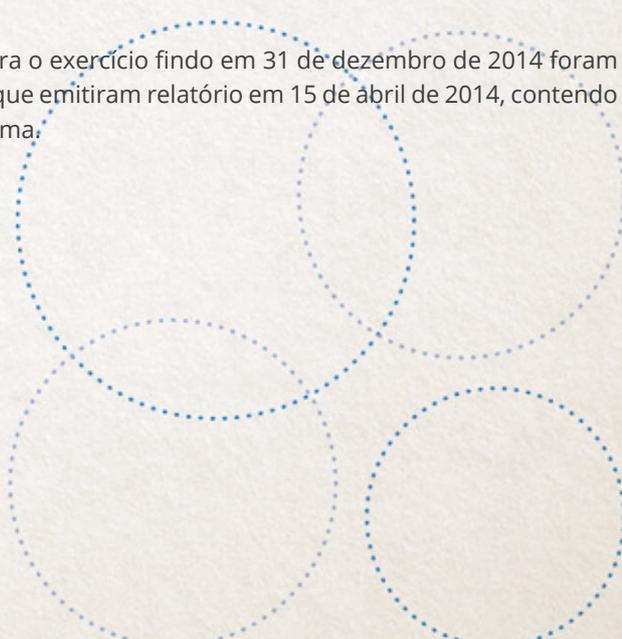
Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da **Funpresp-Jud** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 15 de abril de 2014, contendo ênfase quanto ao mesmo assunto relacionado acima.

Brasília, 09 de março de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3



PARECER DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA



MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Funpresp-Jud, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, manifesta a aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2015, após procederem ao exame dos documentos previstos no item 17 do Anexo “C” da Resolução CNPC 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC 12, de 19 de agosto de 2013 e pela Resolução 16, de 19 de novembro de 2014, quais sejam: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Ativo Líquido do Plano (DAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis Consolidadas, Parecer dos Auditores Independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes e do Parecer do Atu rio responsável pelo Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, CNPB 2013.0017-38.

Brasília, 09 de març o de 2016.

Elaine de Oliveira Castro
Diretora-Presidente

Marcio Lima Medeiros
Diretor de Administração

Ronnie Gonzaga Tavares
Diretor de Investimentos

Edmilson Eneđino das Chagas
Diretor de Seguridade

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FUNPRESP-JUD SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do artigo 42 do Estatuto da Entidade e as disposições da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Anexo C (Normas Gerais), item 17, e tomando por base os Relatórios Mensais sobre os Balancetes Contábeis, emitidos mensalmente e encaminhados ao Conselho Deliberativo, conforme inciso I do artigo 42 do Estatuto da Entidade, e o exame das Demonstrações Contábeis compreendidas pelo: Balanço Patrimonial Consolidado; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS); Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL); Demonstração do Ativo Líquido (DAL); Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT); Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis; e o Parecer dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, mais especificamente no t pico de ênfase, conforme transcrito abaixo:

“Conforme mencionado nas notas explicativas n  1 e n  9, a Funda o iniciou as suas operações em 14 de outubro de 2013 (data da aprova o do Regulamento do Plano de Benefícios). O estudo de viabilidade econômico-financeiro, elaborado sob responsabilidade da administra o da Funda o, evidenciou que a capacidade de gera o de receitas futuras para cobertura das respectivas despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa – PGA, bem como a capacidade de honrar com a obriga o assumida junto aos seus patrocinadores, no montante de R\$ 31.250 mil, registrado no Exigível operacional na rubrica de adiantamento de Contribui es – Patrocinador, estão condicionadas, dentre outros fatores, ao sucesso na capta o de novos Participantes por meio da adesão ao plano de benefícios administrado pela Funda o. Nossa opinião não cont m modifica o relacionada a este tema.”

Conclui-se que as **Demonstrações Contábeis do exercício de 2015**, iniciadas em 1  de janeiro de 2015 e findadas em 31 de dezembro de 2015, possuem recomenda o de aprova o pelo Conselho Fiscal e estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho Deliberativo, observado que a supracitada ênfase do Parecer da Auditoria Independente foi integralmente acatada por este Conselho.

Brasília-DF, 23 de març o de 2016.

Leonardo Peixoto de Melo

Vice-Presidente no exercício da titularidade

Ivan de Jesus Teixeira do Nascimento

Conselheiro Titular

Camilo Rey Laureto

Conselheiro Suplente

Gustavo Caribé de Carvalho

Conselheiro Suplente

Lauro Pinto Cardoso Neto

Conselheiro Titular

Eduardo Campos Gomes

Conselheiro Suplente

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Funpresp-Jud, abaixo relacionados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2015, registrada na ata da 4ª Sessão Extraordinária de 2016, de 30 de março de 2016, após procederem ao exame dos documentos previstos no item 17 do Anexo “C” da Resolução CNPC 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC 12, de 19 de agosto de 2013 e pela Resolução 16, de 19 de novembro de 2014, quais sejam: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Ativo Líquido do Plano (DAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis Consolidadas, Parecer dos Auditores Independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes e do Parecer do Atu rio responsável pelo Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, CNPB 2013.0017-38, bem como a Manifesta o da Diretoria Executiva pela aprova o das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Brasília, 30 de março de 2016.

Amarildo Vieira de Oliveira
Titular e Presidente

Raimundo Francisco de Aguiar Sousa
Titular

Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Titular e Vice-Presidente

Marcelo de Assis
Suplente convocado

Cláudio Machado Pinto
Titular

Rafael Alves Bellinello
Suplente convocado

COMPOSIÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO
Diretora-Presidente

RONNIE GONZAGA TAVARES
Diretor de Investimentos

EDMILSON ENEDINO DAS CHAGAS
Diretor de Seguridade

MARCIO LIMA MEDEIROS
Diretor de Administração

CONSELHO DELIBERATIVO

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA
Conselheiro Titular e Presidente
Representante do Supremo Tribunal Federal

PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA
Conselheiro Titular e Presidente substituto
Representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Conselheiros Titulares

CLÁUDIO MACHADO PINTO
Representante do Conselho da Justiça Federal
JOÃO CARMELINO DOS SANTOS FILHO
Representante do Tribunal Superior do Trabalho
RAIMUNDO FRANCISCO DE AGUIAR SOUSA
Representante do Ministério Público Federal
RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
Representante do Tribunal Superior Eleitoral

Conselheiros Suplentes

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES
Representante do Supremo Tribunal Federal

IZAIAS DANTAS FREITAS

Representante do Ministério Público do Trabalho
MARCELO DE ASSIS

Representante do Superior Tribunal de Justiça
MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE

Representante do Conselho da Justiça Federal
PAULO CESAR MAGALHÃES BRAYER

Representante do Ministério Público da União
RAFAEL ALVES BELLINELLO

Representante do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

CONSELHO FISCAL

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

Conselheiro Titular e Presidente

Representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

Conselheiro Titular e Presidente substituto

Representante do Superior Tribunal de Justiça

Conselheiros Titulares

IVAN DE JESUS TEIXEIRA DO NASCIMENTO

Representante do Supremo Tribunal Federal

LAURO PINTO CARDOSO NETO

Representante do Ministério Público da União

Conselheiros Suplentes

CAMILO REY LAURETO

Representante da Justiça Militar

EDUARDO CAMPOS GOMES

Representante do Conselho Nacional de Justiça

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

Representante do Tribunal Superior do Trabalho

THIAGO BERGMANN DE QUEIROZ

Representante do Tribunal Superior Eleitoral



Elaboração e organização

Elaine de Oliveira Castro
Ronnie Gonzaga Tavares
Edmilson Enedino das Chagas
Marcio Lima Medeiros
Roberta Ribeiro Coelho

Assessoria de Comunicação e Marketing

Paolla Christine de Oliveira Dantas

Projeto Gráfico e Diagramação

Rodrigo Camargos e Silva

Impressão

Gráfica do TJDFT

Fotos

Arquivos Funpresp-Jud e Dollar Photo Club

Revisão

Diretoria Executiva

